

Sergio Renato Victor Villela Filho

**Sionismo durante o 'Estado Nacional' de Vargas:**

**Como dois nacionalismos se encontraram nas páginas da revista  
*Aonde Vamos?***

Monografia apresentada à Graduação em História  
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do  
título de bacharel em História.

Orientador: Diego Galeano

Rio de Janeiro

2017

Meus primeiros agradecimentos se dirigem à minha família, sem a qual nada seria possível. Palavras não fariam justiça à sua contribuição.

Aos meus amigos, com os quais compartilhei apoio, experiências e diálogos. James, André, João, Marlon, Vitor, para citar apenas alguns – meus profundos e sinceros agradecimentos.

Aos funcionários e professores do departamento de História da PUC, cada um contribuindo à sua maneira, tanto pelas aulas como pela inspiração. Obrigado a todos.

Ao professor Antonio Mattoso, que em poucos períodos de contato significou tanto quanto todos os períodos do curso de História.

Ao Arquivo Histórico Judaico Brasileiro e ao Museu Judaico do Rio de Janeiro e seus funcionários, pela presteza e boa vontade. Agradecimentos especiais à Theodora do AHJB.

**RESUMO:**

Por meio da investigação feita sobre edições da revista sionista *Aonde Vamos?*, originada durante o período do Estado Novo (1937-1945), esta monografia quer dar a ver o posicionamento deste periódico diante de circunstâncias históricas que parte da historiografia e do senso comum costumam conceber de uma maneira na qual a função repressora e antissemita do Estado são acentuadas. Buscando, pois, a nuance, na qual a comunidade judaica não é mirada sob a ótica da vítima e da passividade, este trabalho revela como se relacionavam o Estado Novo e o sionismo, os judeus e a sociedade.

**Palavras-chave:** Estado Novo, sionismo no Brasil, imprensa judaica no Brasil, antissemitismo, história dos judeus no Brasil.

**ABSTRACT:**

Through the perusal of the Zionist journal *Aonde Vamos?*, created during the Estado Novo (1937-1945), this paper's purpose is to show said journal's stance in face of historical circumstances that both the historiography and the layman perspective usually construe as a period in which repression and antisemitism are highlighted. Thus, this papers aims to bring some nuance to the debate, painting a picture in which the Brazilian Jewish community – as depicted by the journal – appears not as overtly victims or passive non-agents, but as a group that actively engaged with the Estado Novo and Brazilian society, in a scenery where Zionism and multiple Jewish organizations were fostered.

**Keywords:** Estado Novo, Zionism in Brazil, Antisemitism, History of the Jews in Brazil, Jewish Press in Brazil.

# SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1	8
Capítulo 2	21
Capítulo 3	32
Conclusão	54
Referências Bibliográficas	56

*“O problema do mundo é ético e não étnico.” –  
Plínio Salgado, Trechos de uma Carta, 1936.*



## Introdução<sup>1</sup>

Esta pesquisa monográfica tem como tema um fragmento da história da imprensa judaica no Brasil, nomeadamente a revista "*Aonde Vamos?*", que veio à luz durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. A introdução da "Questão Judaica" no Brasil, ponto litigioso da história do país durante meados das décadas de 1930 e 1940, a partir do qual os judeus tiveram seu status social questionado e, a reboque, construíram-se representações dos mesmos como uma potencial ameaça contra a nação. Assim, estabelece-se que o objeto propriamente dito deste trabalho é a natureza das relações entre a sociedade carioca, o Estado brasileiro e a comunidade judaica do Rio de Janeiro no período conhecido como Estado Novo.

Mais especificamente, o principal motor deste trabalho é o antissemitismo e sobre como e em que medida pode-se imputar a este conceito/sentimento um papel chave na repressão institucionalizada do Estado Novo, na restrição de entrada de imigrantes judeus no país, na construção de um imaginário sobre os judeus durante o período supracitado, sejam eles nativos ou não, e de que modo estes conviviam e se organizavam em um contexto conflituoso, especialmente em torno do sionismo. Nesse sentido, será inevitável que o confronto com a bibliografia já produzida sobre esse assunto também faça parte da alçada deste trabalho.

Outros assuntos ancilares se encontram inextricavelmente ligados ao recorte temático-temporal que este projeto pretende investigar, os quais, acredito, revelam-se de grande relevância. Se é verdade que o historiador, ciente da "solidariedade das épocas" entre o passado e o presente, retorna para aquele com problemas suscitados por este, não posso omitir que muitos eventos atuais animaram a escrita deste trabalho. Tópicos de grande monta, tais como: o antissemitismo/antijudaísmo/antissionismo; o processo de formação de identidades e as dinâmicas sociais em jogo ao se tratar de grupos minoritários; a questão dos fluxos migratórios – todos esses objetos, observados em nosso

---

<sup>1</sup> Esclarecimento sobre tradução e transcrição das fontes: Trechos retirados da bibliografia, originalmente em inglês, foram traduzidos livremente pelo autor. Sobre as notas, foram conservadas suas peculiaridades originais, tais como erros tipográficos e as particularidades da língua portuguesa de então.

presente, induziram e persuadiram-me a pensar sobre a atualidade e importância de um tema e objeto que, à primeira vista, parecem pertencer apenas ao passado.

Contudo, reitero que todos esses pontos são de algum modo candentes em nossa contemporaneidade. A chamada "crise dos refugiados" e seu consequente fluxo imigratório, o alarme em torno do antissemitismo e uma interrogação aparentemente indelével sobre a identidade nacional, são apenas alguns exemplos da "atualidade" do passado que pretendo analisar - ou, posto de ponta-cabeça - como é enganoso sustentar uma diferença abismal entre as temporalidades. Assim, espero que o "retrato" que este trabalho almeja realizar sobre a vida judaica no Rio de Janeiro durante o Estado Novo contribua, a um tempo, para uma nova leitura do passado e nos municione de subsídios para observar nosso presente com novos matizes.

O conjunto de estudos já publicados acerca desse tema é considerável e evidentemente divergente. De modo geral, é possível que um trabalho, em seu introito, realize ou não um "balanço crítico" sobre as análises pretéritas, que invariavelmente servem de bibliografia para o mesmo. Essa tarefa se dá com o objetivo dúplice de a um tempo apresentar as faltas e sugerir suplementos para as análises já feitas, de modo que possamos, utópica e quimericamente, montar um *corpus* total e completo, que pretende retratar o passado "como ele realmente se deu."

O ofício do historiador é, pois, sempre suplementar e nunca complementar, e o intuito deste trabalho é tão somente o de acrescentar, à sua maneira, a esse conjunto de pesquisas que abordam o objeto em questão – o antissemitismo no Brasil durante a Era Vargas. Contudo, não poderia furtar-me de, ao longo do texto, polemizar com a bibliografia já estabelecida nem de operar com bibliografias que versam sobre o antissemitismo de modo genérico. Assim, esta pesquisa é de natureza dupla: adotando a tipificação de Prost<sup>2</sup>, é parte quadro e parte comentário.

Tracemos o itinerário deste trabalho: o primeiro capítulo pretende realizar uma exposição breve do encontro das histórias judaica e brasileira, desenhando

---

<sup>2</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte, editora Autêntica, 2015, 2ª edição, p. 215.

um quadro cujo escopo plurissecular dá a ver os cambiantes significados do antissemitismo religioso para o antissemitismo político, salientando o *status* da pequena comunidade judaica brasileira *vis-à-vis* a sociedade brasileira e o antissemitismo. A importação de ideias exógenas

No segundo capítulo é montado o palco no qual se encerram a temporalidade e as ações que formam o núcleo duro deste trabalho. Serão alinhavadas as imbricações entre a política da Era Vargas (1930-1945) e a Questão Judaica e o antissemitismo, com amplo recurso à bibliografia específica sobre o tema.

O terceiro capítulo vem na esteira da contextualização feita no capítulo segundo, inserindo o semanário *Aonde Vamos?* em seu devido tempo e lugar. A escolha por esta fonte, à propósito, se deu por razões que são contempladas *no* capítulo – como as relações peculiares entre Vargas e a comunidade judaica brasileira e o sionismo – mas que também escapam do texto, referindo-se ao escasso trabalho feito sobre as fontes originadas da imprensa judaica, bem como pela longevidade da mesma revista, o que propicia a análise ulterior de continuidades ou rupturas entre a postura da revista no período Vargas e em período posterior.

## Capítulo 1 – História Brasileira, História Judaica

Em maio de 2014, a organização governamental judaica ADL (*Anti Defamation League*) divulgou uma pesquisa cujo objetivo era auferir dados que possibilitassem calcular o índice do antissemitismo em escala global<sup>3</sup>. De acordo com esse estudo, 16% da população adulta brasileira – totalizando aproximadamente 22 milhões de indivíduos – guarda atitudes antissemitas. Em tom análogo, o sítio virtual da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup> recebe-nos, em sua página principal, com o vistoso anúncio de um serviço telefônico de denúncia de antissemitismo.

Não pretendo aqui contestar ou condenar tais práticas, pelo menos não *in toto*; são práticas potencialmente úteis, em especial porque a segurança de um ou mais indivíduos pode estar em jogo. Tampouco pretendo problematizar os mecanismos por meio dos quais a pesquisa da ADL foi realizada, questionando, por exemplo, em que consiste e o que caracteriza uma "atitude antissemita". Perguntas de todo modo válidas, mas que fogem ao escopo deste trabalho. Aludo a esses dois fatos pois ambos nos fazem pensar sobre o antissemitismo no Brasil hodierno, o qual, como sugerem essas duas fontes, se mostra gravemente presente neste país.

Ora, em que medida o antissemitismo é um empecilho à comunidade judaica brasileira ou, na contramão, ele é superestimado? Como encarar os dados, divulgados pela ADL em 2014 em face de documentos da Era Vargas segundo os quais – como veremos posteriormente – não havia aqui antissemitismo? Teria ele crescido ao longo do tempo, ou teria ele, embora ainda presente, diminuído em grau? Em suma, como a comunidade judaica brasileira lidou (e lida) com esse fenômeno?

Levanto esse questionamento com o intuito de já apresentar um argumento: parte da historiografia sobre o antissemitismo durante os "anos críticos" de 1937 até 1945 parece cobrir o passado desse período sob o véu de um pérfido antissemitismo que, embora de fato existisse, por vezes tem sua projeção

---

<sup>3</sup> <http://global100.adl.org/public/ADL-Global-100-Executive-Summary.pdf>

<sup>4</sup> Site da FIERJ: <http://fierj.org/>

superestimada – tal qual a pesquisa da ADL e o anúncio da FIERJ parecem denotar.

Primeiramente, porém, é necessário fornecer o contexto, isto é, mostrar como judeus e Getúlio Vargas vieram a se cruzar na história do Brasil. O objetivo desta seção é fazer um esboço de quando e como os judeus estabeleceram-se no Brasil, para que se torne conhecido o quadro geral da presença judaica aqui. Isto é feito para que referências e argumentações posteriores possam ser melhor compreendidas. Considerando o escopo deste trabalho, a periodização será delimitada até a entrada dos judeus quando do período crítico da Segunda Guerra Mundial, no qual a situação política europeia deu ensejo a um novo movimento migratório dos judeus.

A propósito, a trajetória dos judeus é digna de um olhar mais atento de todo e qualquer historiador, principalmente em virtude das questões que ela suscita. Como pensar a história judaica, especialmente a partir da experiência da diáspora? É uma história que parece sempre se pulverizar nas histórias nacionais dos povos e nações em que viveram os judeus. Sobre esses dois fios da trama da História, até que ponto podem ser separados? Seria possível separá-los após o Holocausto? Esta última pergunta será retomada posteriormente; o que busco salientar por ora é o entrelaçamento que a historiografia forjou (e continua a forjar) entre a história do Brasil e a história judaica.

Esse esforço é observável tanto em obras recentes, como o livro de Anita Novinsky *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*<sup>5</sup>, cujo título revela de forma cristalina esse intento, quanto em obras produzidas durante a temporalidade específica desta pesquisa, isto é, a Era Vargas.

Neste último, foi organizada, por exemplo, uma coletânea de artigos que, considerando a ambiência antissemita específica da década de 1930 em todo o mundo, adquire tons apoloéticos em relação aos judeus. Apropriadamente denominada *Os judeus na história do Brasil*, seu organizador, Uri Zwerling, figura célebre na sociedade carioca daquela época, almejava com seus esforços

---

<sup>5</sup> NOVINSKY, A. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2015.

"fazer justiça ao elemento judeu como factor da realidade brasileira, impondo-se como obra que, sem qualquer laivo de paixão partidária, apenas restabelece a verdade histórica."<sup>6</sup> Para tanto, contou com a "generosidade nunca desmentida do povo deste grande paiz."<sup>7</sup> É a partir desse momento, portanto, que a história dos judeus no Brasil é exumada/descoberta, sendo depurada e acrescida de novos detalhes até hoje.

E o que essa história nos conta? Para Nachman Falbel, importante historiador e estudioso de assuntos ligados aos 'Israelitas', "O livro de Uri Zwerling desmente e desfaz o estereótipo do judeu que viera somente a partir do século passado como restolho das perseguições europeias e aqui aportara sem possuir raízes mais profundas no solo brasileiro" e que os autores que contribuíram para essa coletânea procuraram "mostrar o quanto os judeus, a partir da descoberta cabralina, estão ligados umbilicalmente à formação do país desde os seus primórdios e cuja contribuição ímpar, que se inicia com os cristãos novos, foi decisiva para o seu desenvolvimento econômico e social desde os inícios do século XVI até ao nosso tempo, tomando parte ativa em todos os ciclos da história econômica brasileira."

A chegada dos judeus no Brasil (então possessão portuguesa) não é um fenômeno particularmente novo. Em verdade, ela remonta ao século XVI, mais especificamente a 1536, quando o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi oficializado em Portugal<sup>8</sup>. Assim como se verificaria aproximadamente 400 anos depois, nesta ocasião foi também a perseguição aos judeus que precipitou um movimento diaspórico, marca indelével do povo judeu.

Há, indubitavelmente, estreitos laços entre um antissemitismo e o movimento/desterro dos judeus pelo mundo, o que lega consequências para a escrita da história e suscita questões sobre como estabelecer uma periodização. Como fazer essa periodização, e sobre que bases e critérios? Como urdir os fios da história do Brasil, da história dos judeus – que parece, a um tempo, possuir

---

<sup>6</sup> *Os judeus na história do Brasil*. Uri Zwerling [et al]: org. DANA, Any. Rio de Janeiro, editora Outras Letras, 2013, 2ª edição, p. 60.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> NOVINSKY, A. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2015, p.43.

uma trajetória universal<sup>9</sup> e desenvolvimentos nacionais (como o próprio título da obra supracitada de Zwerling sugere) – e da história europeia, especialmente quando consideramos o período próprio desta pesquisa, as décadas de 30 e 40 do século XX, de modo a construir, ao final, uma tela coerente?

Falbel propõe uma periodização dividida em três grandes partes, que abrange do século XVI ao XX. Os períodos extraem seu nome eminentemente da história política do Brasil, desde sua época colonial (Período I, de 1500 até 1808), passando pelo Império (Período II, de 1808 a 1889) até a República (Período III, de 1889 até os nossos dias). Como se nota, uma mirada superficial sobre a nomenclatura dessa periodização não distingue nenhum elemento particularmente judaico. Esses períodos, contudo, encontram-se eivados por diferentes posturas em relação ao judeu.

É ubíqua na literatura que trata do percurso dos judeus na história a presença do antissemitismo. Esse termo, contudo, apresenta dificuldades de definição e, por conseguinte, de emprego. Essa falta de univocidade, entretanto, não nos impede de perceber que parece haver um desenvolvimento histórico do antissemitismo e que neste desenvolvimento – como em todo movimento diacrônico – há rupturas e mudanças.

Para citar apenas alguns exemplos, Paulo Geiger afirma em seu artigo *O Anti-Semitismo*: "Antes de tudo, um esclarecimento é necessário: o texto que se segue não trata de anti-semitismo, o termo é inadequado. Não existe anti-semitismo no mundo, o que existe na verdade é antijudaísmo."<sup>10</sup> Outros, como Hannah Arendt, Michel Wieviorka e Jean Delumeau utilizam tanto antissemitismo quanto antijudaísmo.<sup>11</sup> Afastemo-nos, por ora, de questões estritamente conceituais. O que importa aqui é assinalar que o debate sobre esse tema carece de

---

<sup>9</sup> A fundação do Estado de Israel parece ser o mais recente acontecimento de relevância nessa história israelita. Embora pareça ser o "fim" dessa história, especialmente para os sionistas, agora que "a esperança de dois mil anos de se poder viver como um povo livre em sua terra" – parafraseando o hino nacional de Israel - se concretizou, é curioso notar que, se há o termo da história israelita (tese que não é livre de dissenso), há também o início de outra, a história *israelense*, donde surgirão novas controvérsias, principalmente no que concerne a identidade judaica.

<sup>10</sup> GEIGER, Paulo. O anti-semitismo. In: FUKS, Saul. *Tribunal da História II: Processos de formação da identidade judaica e do anti-semitismo*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 2008, p. 255.

<sup>11</sup> ARENDT, HANNAH. *Escritos judaicos*. São Paulo, Editora Manole, 2016; DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009; WIEVIORKA, M. *Antissemitismo explicado aos jovens*. Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2014.

um consenso conceitual absoluto, mas que, apesar disso, podemos detectar pontos de contato entre esses autores sobre a natureza do antissemitismo.

Desta feita, retomemos a questão do desenvolvimento do antissemitismo. Os autores acima notam a diferença do antissemitismo entre as épocas, identificando um antissemitismo antigo e um moderno<sup>12</sup>, cujo fundamento para a hostilidade contra os judeus altera-se de um princípio religioso e teológico para um político e racial.

Podemos, portanto, utilizar essa concepção de um antissemitismo que se modifica de um âmbito religioso para um político na própria periodização proposta por Falbel. De modo geral, o antissemitismo antigo, religioso – que denominarei, como Wiewiorka, de *antijudaísmo* – vigorou até o chamado período Imperial, isto é, até o início do século XIX, sendo substituído pelo antissemitismo moderno, político e racial, a partir principalmente de meados do XIX e persistindo até o recorte temporal específico deste trabalho.

O antissemitismo, seja antigo ou moderno, é fenômeno comum e que vincula todas as histórias consideradas, seja a história dos judeus em diferentes unidades nacionais, para a história judaica geral ou para a história europeia, esta última adquirindo conotações universais em dois momentos distintos: o primeiro no sentido de uma Europa-Cristandade, que está associada ao Antijudaísmo, e em segundo momento o de uma Europa-Civilização, berço da modernidade e seus problemas. Em cada uma dessas etapas, o desenvolvimento histórico (e mesmo o movimento, em sentido estrito) do povo judaico se dá a partir do intercurso muitas vezes litigioso entre judeus e a maioria gentia, do qual resultou o deslocamento de massas israelitas.

Essa verdadeira “Odisseia judaica”, que conferirá à identidade desse povo um aspecto errante, teve como uma de suas Ítacas a América, seja durante a vigência do Antijudaísmo ou do Antissemitismo. Werner Sombart afirmou em sua obra *Os judeus e a vida econômica* que “A América em todas as suas partes é uma

---

<sup>12</sup> Geiger, como visto no parágrafo anterior, subtrai tudo sob o conceito de Antijudaísmo, embora ele também perceba as diferenças. Ademais, ele e Wiewiorka também apontam para a existência de um Novo Antissemitismo, o mais recente, que se associa ao Estado de Israel e sua política.

terra de judeus”, e que “a forte participação dos judeus na construção do mundo americano adquiriu um significado bem especial para o curso da nossa história”<sup>13</sup>.

Devemos, contudo, ressaltar que há um outro fator que contribuiu para a busca de uma Nova Canaã transatlântica, que incrementa a atratividade da América: era, além de um refúgio do antissemitismo religioso e político, também era o Novo Mundo uma terra de oportunidades econômicas, como o foi para todos os imigrantes, desde sua descoberta.

Temos, pois, o seguinte esquema cronológico, que busca ligar a história e acontecimentos do Novo e do Velho Mundo com a errância do povo judaico<sup>14</sup>:

- I. Período Colonial (1500-1808)
- II. Período Imperial (1808-1889)
- III. Período Republicano (1889-1930)
- IV. Período Vargas (1930-1945)

Convém fazer um pequeno esboço sobre alguns eventos internos a cada período, bem como uma explanação geral sobre o Antissemitismo e o Antijudaísmo nesses períodos, principalmente no sentido de como - e em que medida - estes foram causa da dispersão judaica para o Brasil e, num segundo momento, da força e implacabilidade desses sentimentos no Brasil.

O período colonial foi e ainda é matéria de muitos estudos sobre a comunidade judaica. De modo geral, as pesquisas procuram ressaltar o protagonismo na península Ibérica da Igreja, em prol da eliminação do problema judaico, seja pela conversão, expulsão ou pelos autos de fé. Segundo Jean Delumeau, o Antijudaísmo teve dois componentes:

“[...] de um lado, a hostilidade experimentada por uma coletividade – ou por uma parte desta – em relação a uma minoria empreendedora, considerada inassimilável e capaz de ultrapassar um limiar tolerável no plano do número ou do êxito, ou nos dois ao mesmo tempo; e, do outro, o medo sentido por

<sup>13</sup> SOMBART, Werner. *Os judeus e a vida econômica*. São Paulo, Editora UNESP, 2014, p.51.

<sup>14</sup> Este esquema se baseia largamente no proposto por Falbel, em: FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo, FISESP, 1984, pp. 13-15. A periodização de Falbel extrapola a temporalidade deste trabalho, além de não divisar um “Período Vargas”. Isso se dá evidentemente por diferenças de ênfase, visto que Falbel pretendia esquematizar uma história geral, que chegasse até os nossos dias, enquanto eu tenho como foco a centralidade do Período Vargas para a história da comunidade judaica e para a história do Brasil.

doutrinários que identificam o judeu com o mal absoluto e o perseguem com seu ódio implacável”<sup>15</sup>

Data-se desta época, portanto, o estabelecimento e fortalecimento de diversos mitos difamatórios contra os judeus, como o de povo deicida, usurário, errante e parasita<sup>16</sup>. É também o momento em que ocorre a segunda grande diáspora judaica, que irá confundir-se com outro grande evento, a descoberta da América. Resultará disso a migração e o reforço da imagem estereotipada da vocação (ou sina) judaica pelo desterro. Podemos concebê-los como agentes e vítimas do incipiente processo de globalização iniciado com os Descobrimentos e ao mesmo tempo como uma antecipação, uma vanguarda do que o século XIX guardaria para outras massas da humanidade. De certa forma, os judeus se afiguram como um elemento moderno precoce, seja pelo espírito empreendedor aludido por Delumeau, seja pela experiência diaspórica e cosmopolita.

De todo modo, o sucesso econômico judaico ou, mais apropriadamente, cristão-novo no Brasil parece consensual pelo que consta em grande número das obras publicadas acerca dessa época, mesmo em face da perseguição religiosa.

Robert Levine afirma que:

“Os judeus tiveram um papel significativo na história Luso-Brasileira, embora a pesquisa acadêmica tenha se concentrado no período anterior aos 1800, negligenciando a sua presença nos séculos XIX e XX. Após a Independência, o Brasil deu boas-vindas a toda imigração europeia; os Judeus, exceto por quinze anos de medo durante o regime Vargas, lá floresceram. [...] Esses cristãos-novos contribuíram generosamente para o Império português no Novo Mundo, apesar do assédio frequente e dos esforços para desmascarar os criptojudeus, os marranos. [...] Outro (cristão-novo), Fernando de Noronha, ajudou a financiar a viagem de Américo Vespúcio para o Brasil em 1503-1505, com ele navegou e tornou-se o primeiro donatário no Brasil. Os cristãos-novos estabeleceram o cultivo do açúcar na costa nordeste, sendo donos de aproximadamente metade dos 120 engenhos que estavam em operação por volta de 1600<sup>17</sup>.”

Todavia, no que concerne a identidade judaica, o autor conclui que:

“No início do século XIX, a maior parte dos cristãos-novos no Brasil haviam perdido suas identidades judaicas, embora práticas misteriosas – possivelmente originárias a partir de

<sup>15</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p; 414.

<sup>16</sup> CARNEIRO, M. L. T. *Dez mitos sobre os judeus*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2014.

<sup>17</sup> LEVINE, Robert. Brazil's Jews during the Vargas Era and after. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. V, No. 1, June 1968, p. 45.

rituais judaicos religiosos esquecidos de gerações anteriores – tenham sido observados no Brasil rural moderno.<sup>18</sup>”

Vainfas e Assis, em artigo<sup>19</sup>, mostram-se em sintonia com Levine sobre a participação dos marranos na economia luso-brasileira durante o período colonial, e também com Anita Novinsky, que preocupa-se em assinalar a importância dos banqueiros e negociantes judeus portugueses e holandeses para a empreitada dos donatários, além de afirmar que a presença judaica no “ciclo do açúcar” foi montada, quase sempre, “por judeus industriais, fugidos à fúria religiosa da metrópole e de operários de São Tomé e Madeira, conhecedores do processo.”<sup>20</sup>”

Vale lembrar, novamente, que além destes autores tomados como exemplo, havia outros, seus predecessores, os quais haviam começado a esboçar uma história dos judeus no Brasil durante a década de 1930, como Solidônio Leite Filho, Paulo Prado e Rodolfo Garcia. Estes já haviam levantado, naquela época, certas teses que se tornaram consensuais. Rodolfo Garcia, por exemplo, afirma:

“No Brasil, apesar de quantas prevenções, a verdade é que o sangue israelita sempre se misturou com o sangue cristão, mesmo nas famílias de presumida nobresa, como mais de um caso ficou assinalado neste resumido estudo. Decorridos mais de século e meio da promulgação das leis pombalinas, o elemento judeu pode considerar-se completamente absorvido na grande massa da população brasileira.”<sup>21</sup>

Solidônio, em estudo denominado *Dispersão dos judeus brasileiros*, investigara como os judeus haviam se espalhado não somente dentro do território do (futuro) Brasil, mas também pela América espanhola e pelas possessões holandesas e inglesas no Caribe e América do Norte. Cito Solidônio neste momento para atentar para mais uma característica que parece inerente à história judaica: sua vocação para ser transnacional e de seus agentes para serem a um tempo trabalhadores e aventureiros.

Os israelitas, portanto, apesar da presença da Inquisição na América portuguesa, obtiveram sucesso notável durante o período colonial, lançando-se, além do Nordeste, para as Minas, o Grão-Pará, São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> VAINFAS, R.; ASSIS, A. A. F. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, K. (org). *Os judeus no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 45.

<sup>20</sup> NOVINSKY, A. *Ibidem*, p. 88.

<sup>21</sup> GARCIA, Rodolfo. Os judeus no Brasil colonial. In: *Os judeus na história do Brasil*. Uri Zwerling [et al]: org. DANA, Any. Rio de Janeiro, editora Outras Letras, 2013, 2ª edição, p. 85.

o período Imperial, como acertada e infelizmente atestou Levine, nos faltam (ainda) estudos sobre a comunidade judaica durante o Império, embora a carência de estudos dedicados ao século XX tenha sido suprida de forma mais satisfatória.

O período Imperial, contudo, não é desprovido de acontecimentos de larga monta que concorreram para o entrelaçar dos judeus e do Brasil. Aproveitando a citação de Rodolfo Garcia, temos como ponto nevrálgico as leis pombalinas, que, na esteira do Iluminismo, “deram o golpe de misericórdia na ação da Inquisição portuguesa, eliminando as barreiras que diferenciavam socialmente cristãos-velhos dos cristãos-novos”<sup>22</sup>. É neste momento de disseminação das Luzes pela Europa, que conduziu à igualação entre judeus e não-judeus, que o Antijudaísmo, a hostilidade para com os judeus fundamentada em bases eminentemente religiosas, dará lugar ao antissemitismo moderno, abertamente político e racista, ou seja, pretensamente científico, fruto do século XIX e das ofuscantes luzes do Esclarecimento.

O Período Imperial, como supracitado por Levine, foi caracterizado pelas “boas-vindas” a toda imigração europeia, muitas vezes subvencionada ou propagandeada pelo Estado. Mas foi sobretudo o compromisso que a Abertura dos Portos de 1808 sinalizou para o resto do mundo que serviu como atrativo para um sem-número de imigrantes, entre eles judeus sefaraditas oriundos do Norte da África (Marrocos) que viriam fincar raízes, surpreendentemente, não somente nas principais cidades (Salvador e Rio de Janeiro), mas também em Belém, Manaus e outras cidades do Norte. Aproveitando a abertura econômica e cultural propiciada pelo ato de 1808 e pelo arrefecimento das perseguições religiosas, parecia ser o início de uma “Era de Ouro” para os judeus no Brasil<sup>23</sup>.

Porém isto não veio a ser, ao menos não completamente. Como o Império brasileiro era um Estado confessional, com boa parte da organização civil e pública ligada intimamente à Igreja Católica, resultava disto a limitação da cidadania *plena* para os não-católicos. Para estes, direitos civis e políticos eram cerceados ou obstaculizados, como por exemplo, não poderem ser elegíveis para

---

<sup>22</sup> FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo, FISESP, 1984, p. 26.

<sup>23</sup> MIZRAHI, R. *Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003, p. 56; LESSER, J. *A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade, e políticas de imigração*. São Paulo, Editora UNESP, 2015, p. 36.

cargos públicos ou fruir dos registros civis (em especial o casamento), que eram realizados pela Igreja.<sup>24</sup> Por outro lado, o que as fontes e estudos nos permitem conjecturar é que, apesar disso, os judeus pouco eram incomodados, gozando de liberdade no que tange a vida econômica e religiosa. Assemelham-se a outras figuras da história destituídas de participação na esfera política e civil, como alguns metecos da Grécia antiga, o personagem de Trimalquião, expressão do *parvenu* clássico, ou de setores financistas que genuflectiam diante do poder absolutista do Rei, por exemplo.

O que nos conduz de volta à questão do ponto de virada do Antijudaísmo para o Antissemitismo e à transição para o Período Republicano. Se compararmos a situação dos judeus brasileiros com a dos judeus europeus asquenazim<sup>25</sup>, como faz Keila Grinberg<sup>26</sup>, verificamos que enquanto os judeus daqui viviam em relativa liberdade, mas sem direitos, os de lá morriam devido aos *pogroms*, que ocorreram com particular intensidade nos domínios do Império russo. Dentro desse Império, os judeus podiam habitar somente uma região denominada como *Área de Estabelecimento*<sup>27</sup>, na qual chocaram-se, por um lado, a tradicional vida judaica e, por outro, o crescente antissemitismo moderno, que começava a demonstrar seus contornos políticos. Outra contrapartida ao crescente antissemitismo do *fin-de-siècle* foi o sionismo, visionado por Herzl. Segundo o plano de Herzl, a "questão judaica" teria de ser resolvida com a construção de um estado judaico na Palestina<sup>28</sup>. Posteriormente, essas duas influências se encontrariam no Brasil de Vargas.

Em que andrajos, pois, adornou-se o antissemitismo moderno? Talvez sua peça mais descritiva esteja na publicação dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, publicado em lugar e data dúbios, cuja principal acusação é a de uma suposta

<sup>24</sup> GRINBERG, K. Judeus, judaísmo e cidadania no Brasil Imperial. In: GRINBERG, K. (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 214. Como bem lembra a autora (p. 214), a cidadania não era igual para todos. Segundo a classificação imperial, havia o cidadão passivo, sem qualquer renda e detentor apenas de direitos civis; o cidadão ativo votante, que podia eleger devido a critérios censitários (renda anual superior a 200 mil réis); e o cidadão ativo eleitor e elegível, nascido livre e com renda superior a 200 mil réis. Assim, embora a proibição não conste nos critérios de acesso à cidadania plena, deparamo-nos de forma clara com uma contradição entre lei e prática, *de jure vs. de facto*.

<sup>25</sup> Judeus oriundos da Europa Ocidental e Oriental, principalmente das regiões da Polônia (Rússia) e Alemanha.

<sup>26</sup> GRINBERG, K. *Op. cit.*, p. 215.

<sup>27</sup> Conhecida em inglês como *Pale of settlement*.

<sup>28</sup> ARENDT, HANNAH. *Escritos judaicos*. São Paulo, Editora Manole, 2016, p. 576.

conspiração judaica para a dominação do mundo<sup>29</sup>. Ele teria surgido – sincronicamente aos *pogroms* - como resposta ao alegado envolvimento de judeus no atentado regicida contra o czar Alexandre II, por volta de 1881. Começam a ser adicionadas novas cores à figura do judeu; se afigura agora como um elemento político inflamador e propenso a toda sorte de atos escusos, flertando e propalando numerosos movimentos políticos tido como revolucionários. Ademais, de usurário medieval concupiscente, ele é "elevado" para a posição de controlador das finanças de todo o mundo.

Parecem ter sido essas condições, considerando o antissemitismo, que deram ensejo à emigração judaica asquenaze. Não podemos olvidar, como já foi dito, da relativa atração que a terra do Brasil<sup>30</sup> exercia sobre a mentalidade de imigrantes em potencial, judeus ou não-judeus. Na esteira da industrialização e da modernização, com a facilidade propiciada pelos novos meios de comunicação e de transporte, muitos adventícios trouxeram consigo suas bagagens, muitas vezes com uma bagagem material bem menos expressiva que sua bagagem intelectual e imaginária.

O Brasil, agora republicano, inaugura uma nova etapa de sua história, na qual os imigrantes mostrar-se-ão proeminentes. No que diz respeito aos judeus e ao antissemitismo, as pesquisas não parecem apontar para quaisquer manifestações virulentas de antissemitismo. Ao contrário, embora numericamente pequena, a incipiente comunidade judaica já contava com periódicos e organizações que agiam em prol de seus interesses (ou que assim conclamavam), como os periódicos *Di Menscheit* (1915), *Di Idische Tzukunft* (1920) – ambos em Ídiche – ou *A Columna*<sup>31</sup> (1916), em português e organizações sionistas como a

---

<sup>29</sup> LIMONCIC, F. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In: GRINBERG, K. *Op. cit.*, pp. 256-257. Texto similar parece ter sido citado pelo mesmo autor em *Judeus Cariocas*, pp. 34-35. Os *Protocolos* têm presença marcante em quase toda a bibliografia pesquisada, seja de forma substancial ou em notas, especialmente nos escritos de Maria Luiza Tucci Carneiro.

<sup>30</sup> A América, de modo geral, se mostrou um repositório de esperança para vários imigrantes sequiosos de uma vida melhor, com destaque para os Estados Unidos, Argentina e Brasil.

<sup>31</sup> FALBEL, N. *Op. cit.*, pp. 155-156. O periódico *A Columna*, carioca, professava ser um "órgão dos interesses do povo judeu no Brasil". Era um periódico sionista, e David José Perez, seu editor, seria figura influente na comunidade judaica do Rio de Janeiro, inclusive colaborando com a também sionista *Aonde Vamos?* Vale dizer que esta listagem não é total, citando apenas alguns exemplos da imprensa judaica e que, sobretudo, jornais étnicos não se restringiam aos judeus.

*Tiferet Sion*<sup>32</sup>, no Rio de Janeiro, bem como a realização do 1º Congresso Sionista do Brasil, em 1922.

Essa era a atmosfera efervescente das primeiras décadas do XX, na qual "aves da turbulência" propiciaram o florescer de "plantas exóticas"<sup>33</sup> – isto é, houve a influência do elemento estrangeiro, portador de ideias e ideais políticos estranhos ao ainda social e politicamente atrasado Brasil, se comparado com as nações europeias que este buscava emular<sup>34</sup>, bem como a subsequente cristalização de um certo imaginário, por parte dos nacionais, no qual esses forasteiros eram potenciais desestabilizadores e perigosos à ordem estabelecida.

Trago este tema, sobre os imigrantes e sua atividade tida como caótica, pois acredito haver alguma continuidade entre a percepção que alguns setores da sociedade e do poder estabelecido detinham em relação aos imigrantes durante a chamada República Velha e o regime iniciado por Vargas. O que parece mudar é quem será o recipiente dos epítetos negativos e sob que bandeiras e pretextos esses epítetos são lançados.

Os judeus, principalmente os asquenazim, cuja entrada no Brasil aumentou a partir de mudanças legislativas de outros países, como o *National Origins Act*, lei norte-americana que visava a restringir a entrada de imigrantes por meio de um sistema de cotas<sup>35</sup>, traziam consigo – como os outros imigrantes - ideias subversivas, como o socialismo, o comunismo e o anarquismo. Segundo Adriana Siqueira Cardoso, a legislação brasileira da época, em reação à subversão apresentada por essas aves da turbulência, transitava de uma posição que advogavam pela expulsão de estrangeiros para uma preventiva, que objetivava impedir a

---

<sup>32</sup> Organização sionista. O movimento sionista parecia passar despercebido pelas autoridades ou pelo debate público. De todo modo, já se revelava como uma forma de identidade de membros da comunidade judaica.

<sup>33</sup> “Aves da turbulência” propiciando o florescer de “plantas exóticas”1: eis uma frase que resume e coaduna, nos termos de Lená Medeiros de Menezes e de Carlos Addor, a atuação dos imigrantes politicamente inspirados e que aqui se engajaram com a luta operária, sindical ou anarquista. ADDOR, Carlos Augusto. *Um homem vale um homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues*. 2012. 399 páginas. Tese de doutorado – UFF, Niterói. MENEZES, L. M. de. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1996.

<sup>34</sup> Especialmente a França, como as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro nos dão a ver.

<sup>35</sup> LESSER, J. *Welcoming the undesirables: Brazil and the jewish question*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1995, p. 23. Também em GRINBERG, K. *Judeus Cariocas*, p. 45.

entrada de indivíduos "defensores das chamadas ideologias exóticas (anarquistas e comunistas) e daqueles considerados incapazes para o mundo do trabalho."<sup>36</sup>

A bem da verdade, como no período Imperial, faltam-nos estudos mais específicos sobre como o antissemitismo tomou forma durante o Período Republicano<sup>37</sup>, se houve prisões e perseguições que tinham como alvo os judeus. Contudo, um exemplo de como os judeus eram capazes de ser agitadores e demonstravam uma certa consciência política e social está em Uri Zwerling. Já citado neste trabalho, como editor da obra *Os judeus na história do Brasil*, ele fora demitido em 1932 do *Gazeta Israelita* "por haver participado de um movimento de protesto e greve dos trabalhadores daquele jornal por melhores salários", além de ser diretor de um sindicato judaico dos trabalhadores gráficos.

A despeito da crise política nacional da década de 1920 e da crescente visibilidade que a questão social vinha ganhando, os judeus ascenderam economicamente de forma acelerada, o que é manifestado pelo fato de que muitos judeus no Brasil eram responsáveis pelo pagamento das passagens de seus parentes ainda no Velho Mundo<sup>38</sup>. Instituições eram fundadas, divisões dentro da própria comunidade judaica eram estabelecidas e, de modo geral:

"Ao final da década de 1920, a vida judaica no Brasil estava bem estabelecida. Muitos encontravam-se em situação econômica confortável, e em algumas cidades não havia [judeus] pobres, embora houvesse poucos...em posições afluentes. A comunidade judaica experimentou um considerável crescimento nos anos 20, aumentando três vezes em tamanho.<sup>39</sup> [...] No início dos anos 1930, a comunidade judaica do Brasil havia mudado de forma significativa. Ao passo que, na década anterior, judeus viam o Brasil meramente como um ponto intermediário para uma fortuna a ser feita alhures, a remigração tornara-se rara."<sup>40</sup>

O Brasil, como sugeriu Isaias Raffalovich<sup>41</sup> no termo da década de 1920, parecia destinado a ter um papel importante no porvir do Judaísmo.

<sup>36</sup> Apud CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília, Editora UNB, 1994.

<sup>37</sup> Que neste trabalho, lembrando, vai de 1889 até 1930.

<sup>38</sup> Lesser, J. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>41</sup> *Ibidem*. Rabino apontado em 1923 pela JCA (*Jewish Colonization Association*) como chefe de operações no Brasil., de orientação sionista.

## Capítulo 2 – Os judeus, o antissemitismo e o Estado Vargasista: dissenso e ambiguidade

Ao revés do que fora preconcebido por Raffalovich, a década de 1930 parece ter reservado aos judeus de toda parte se não o infortúnio, ao menos um horizonte nebuloso. Será neste período que o antissemitismo político mostrará sua face em solo brasileiro de forma mais aguda, quando encontrar-se-á inextricavelmente vinculado à outras questões que então eram candentes. Nacionalismo, desenvolvimento e a "Questão Judaica" formarão um nó; mais uma vez entrecruzam-se os fios da história europeia, judaica e brasileira.

Este capítulo se ocupará da gênese e da configuração do período conhecido como Era Vargas (1930-1945), com ênfase maior no subperíodo do historicamente conhecido Estado Novo (1937-1945). Temas diversos serão investigados, tendo mormente como norte da análise a relação dos judeus com o Estado e sociedade brasileiros. Como sói na história, o político, o econômico, o social e o universo das representações apresentam encontros e desencontros, ambiguidades e ressignificações. Convém encetarmos a exposição explanando a centralidade da chegada de Vargas ao poder e seu contexto político, pois foi aí que seu projeto para o Brasil foi forjado, o qual acabará por chocar-se com a comunidade judaica.

O cenário nacional e internacional que antecedeu a ascensão de Vargas ao papel de "Chefe da Nação" mostrava-se como um de manifesta crise. Internamente, o país experimentava, durante a *República Velha* – denominação derogatória construída *a posteriori* – o controle das oligarquias do jogo político nacional, no qual a política é pautada com base nos interesses de oligarquias estaduais<sup>42</sup>, especialmente de Minas Gerais e São Paulo, em detrimento das oligarquias de "segunda grandeza".<sup>43</sup> O poder encontrava-se, portanto, relativamente descentralizado e pulverizado de forma iníqua entre os estados, acirrando insatisfações.

---

<sup>42</sup> RESENDE, M. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

<sup>43</sup> FERREIRA, M. M. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

Contribuindo para a vicissitude local, a fatal crise de 1929 transborda por todo o globo. O café, principal produto do país, bem como a sua suposta "vocaçãõ agrária", defendida obstinadamente por setores dessas oligarquias estaduais<sup>44</sup>, tornam-se o centro de intensos debates entre a elite política brasileira. Concomitantemente, parafraseando um lugar-comum do período, a questão social, que então era caso de polícia, grassava. Deslindando essa frase e assentando-a em outros termos, poderíamos dizer que o mundo do trabalho, considerando aqui o precário operariado, de voz débil, estava associado a uma denotação torpe. Desprovido de capacidade de negociação suficiente, suportava mais sevícias do que direitos.

Neste cadinho caótico estavam submersos o Brasil e Getúlio Vargas, este surgindo como líder de uma revolução na história nacional que tinha como meta uma verdadeira e total refundação daquele.

O que caracterizava o "núcleo duro" do projeto imaginado por Vargas para o Brasil? Tendo como base as ideias de Roger Griffin expostas em sua obra *The Nature of Fascism*, é perceptível em Vargas tanto o *mito palingenético* como o ultranacionalismo populista<sup>45</sup>.

Segundo o autor, a palingênese está relacionado "ao sentido de um novo começo, ou de uma regeneração após uma fase de crise ou declínio que pode ser associada tanto a realidades místicas (por exemplo a segunda *Parousia* de Cristo) como seculares (por exemplo a Nova Alemanha). [...] Utilizarei [o mito palingenético<sup>46</sup>] como um termo genérico para a visão de um início radicalmente *novo* que sucede um período de destruição ou aparente dissolução."<sup>47</sup>

O ultranacionalismo populista, decompondo os termos do binômio, caracteriza-se da seguinte forma: o predicado "populista" surge como "um termo genérico para forças políticas que, mesmo se lideradas por um pequeno quadro da elite ou por autodesignadas "vanguardas", na prática ou por princípio dependem do "poder do povo" como a base de sua legitimidade". O ultranacionalismo, de

---

<sup>44</sup> BASTOS, P. P.; FONSECA, P. C. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, UNESP, 2012, p. 14.

<sup>45</sup> GRIFFIN, R. *The Nature of Fascism*. New York, Routledge Press, 1993.

<sup>46</sup> Grifo meu.

<sup>47</sup> *Idem*. Pode-se dizer que a república brasileira pós-ditadura – ou *Nova República* – também pode ser reportada como expressão dos desejos de uma palingênese.

sua parte, "refere-se a formas de nacionalismo que "vão além" e, portanto, rejeitam, tudo que é compatível com instituições liberais ou com a tradição iluminista que as sustentam."<sup>48</sup>

Pela lente do ultranacionalismo palingênético, observamos que Getúlio Vargas procura erigir um novo Brasil, sobre novas raízes: afasta-se do liberalismo mambembe que predominou desde a infância da República e que foi advogado pelas oligarquias, estabelecendo um governo autoritário, centralizado e antiliberal; vira a questão social de ponta-cabeça, fazendo transladar o mundo do trabalho de "caso de polícia", fonte de perturbações, para a fonte mesma de sua legitimidade, ancorado em reformas sociais.

Mas isso não é tudo. Havia também na mirada de Getúlio a premência da modernização do Brasil e a atualização de uma *nova nação brasileira*, constituída de um *novo homem brasileiro*. Percebendo a crise econômica de 1929 como sinal da falência das políticas econômicas liberais, e, positivamente, como uma oportunidade para iniciar a industrialização do país<sup>49</sup>, Vargas colocará em ação a construção de um nacionalismo econômico, no qual o trabalhador nacional adquire papel central.

Ao longo da década de 1930, o projeto Varguista para a nação concitará múltiplos e acalorados debates no seio da elite intelectual brasileira, sendo um deles, inicialmente discreto e inesperado, sobre a Questão Judaica.

Como os judeus (e que judeus) vieram a tornar-se um problema? Como o Novo Brasil idealizado por Vargas, com seu Novo brasileiro, compreendia os imigrantes e, mais especificamente, os judeus<sup>50</sup>? Como o deslocamento econômico, de país agrário-exportador para o de industrializado transformou as relações entre capital e trabalho e, nesse sentido, qual era a posição dos judeus dentro do mundo do trabalho? Como era o relacionamento entre Vargas e os judeus, principalmente no que concerne a repressão, e sob que bases se erguia o antissemitismo desse período?

---

<sup>48</sup> *Idem.*

<sup>49</sup> Para a tese sobre a Crise de 1929 como móbil para a industrialização, cf. PERISSINOTO, R. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. *Revista de sociologia e política*. Curitiba, vol. 22, n. 52, Out/Dez 2014.

<sup>50</sup> CYTRYNOWICZ, R. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, K (org.) *Os judeus no Brasil*, p. 300.

Faz-se necessário, neste momento, apresentar o *status quaestionis* que a historiografia nos fornece sobre as perguntas acima, bem como sobre o Estado varguista, os judeus e suas relações. Esta pesquisa se apoia sobre os ombros de três importantes autores que são, nomeadamente, Maria Luiza Tucci Carneiro, Jeffrey Lesser e Roney Cytrynowicz. As conclusões que esses autores alcançam no que concerne a questão judaica revelam dissenso e ambiguidade; esta pesquisa, de sua parte, filiar-se-á à linha interpretativa pavimentada por Lesser e Cytrynowicz, como ficará claro posteriormente. De todo modo, para que o "estado de coisas" historiográfico seja dado, comecemos pela breve aclaração do que era, propriamente, a "Questão Judaica".

Retomando o encontro dos três fios históricos supracitados – da história europeia com a brasileira e a judaica – temos que a Questão Judaica se origina não endogenamente, mas sim na Europa, mais especificamente devido à ascensão do nazismo e do recrudescimento do antissemitismo na Alemanha<sup>51</sup>. Mais uma chaga marca a história do povo judeu, desta vez levando a consequências e profundidades inauditas e insondáveis. Alguns desses judeus afetados pelo rancor nazista, obrigados a realizar uma nova diáspora, vêm buscar porto seguro cá nos trópicos, em um Brasil que do ponto de vista de sua história nacional, reinventava-se. A Questão Judaica revolve-se, pois, em torno do que fazer com essa leva de refugiados judeus em um contexto no qual nacionalismo, nativismo e antissemitismo por muitas vezes parecem confundir-se.

Sobre a Questão Judaica, Lesser nos diz que ela era:

"[...] em verdade, o esforço por parte dos líderes brasileiros, de encaixar as imagens intolerantes que vinham da Europa sobre os judeus com a realidade de que a esmagadora maioria dos imigrantes judeus não eram nem muito ricos nem muito pobres, eram raramente ativos na política e rapidamente se aculturaram à sociedade Brasileira."<sup>52</sup>

A questão da *imagem*, ou da representação, aludida por Lesser acima é chave para a compreensão do fenômeno do antissemitismo no período, assim

---

<sup>51</sup>Dificultando ainda mais a conjuntura, o Brasil, grande importador de ideias – ou pelo menos de seus portadores – viu certos setores de sua sociedade abraçarem ou darem visibilidade e respaldo à ideologia europeia do nazi-fascismo. Nessa perspectiva, a transnacionalidade das ideias e das visões sobre "o judeu" também surge como fator que complicaria a própria Questão Judaica.

<sup>52</sup> LESSER, J. *Op. cit.*, p. 3.

como para a consequência que cada interpretação do fenômeno e das representações acarretará para a obra do historiador. De que forma os judeus eram representados à época? Indo além, como a historiografia ela mesma representa esse período quando se trata de quão mefítico foi o antissemitismo durante a Era Vargas?

Fazendo um conciso levantamento, Cytrynowicz afirma que:

"Do ponto de vista da história contemporânea, do Brasil e da história dos judeus no Brasil, o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e mais especificamente o período da Segunda Guerra Mundial, têm sido abordados predominantemente por interpretações que enfatizam o anti-semitismo e colocam o preconceito e a perseguição como a marca dominante da vida dos imigrantes naquele período. Esta interpretação [...] tende a considerar a comunidade judaica no Brasil entre 1937 e 1945 como um grupo acuado e ameaçado. No mesmo diapasão, esta interpretação tende a ver o Estado Novo e a ditadura de Getúlio Vargas como um regime próximo à Alemanha nazista, na ideologia e nas ações políticas."<sup>53</sup>

Prosseguindo, ele assevera:

"Pode-se dizer que existe atualmente uma barreira ideológica na historiografia brasileira e na historiografia sobre imigração, e igualmente na memória oficial das instituições judaicas no Brasil: a formulação genérica e indiscriminada de que os imigrantes, que estavam dentro do Brasil, viveram acuados e foram perseguidos enquanto grupo entre 1937 e 1945. Esta interpretação tem seguido uma tendência na historiografia e nas ciências sociais brasileiras de compreender a história predominantemente a partir da ação do Estado, de suas leis e de sua ideologia, o que é insuficiente na perspectiva da história social. No caso do governo Vargas e do Estado-Novo, este paradigma tem se manifestado cada vez mais parcial. O estudo da imigração, do cotidiano e da cultura popular propicia uma visão diferente do que se tem quando se estuda o caráter do Estado e de sua ideologia."<sup>54</sup>

A tácita etiqueta acadêmica ofusca um dos prováveis alvos da cita acima. A obra de Maria Luiza Tucci Carneiro "O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945), obra seminal e canônica, para além de seus méritos acadêmicos, como a introdução de documentos até então inéditos, como se tomada por um fervoroso furor iconoclasta contra a imagem redentora construída por Vargas de si mesmo e reproduzida até hoje, seja pelo senso comum

<sup>53</sup> CYTRYNOWICZ, R. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 394.

<sup>54</sup> *Idem*.

ou por numerosos estudos de natureza diversa, lança um verdadeiro golpe contra Getúlio e outros políticos de gravidade de seu governo. Para a autora, o antissemitismo tornara-se doutrina de Estado, e o nacionalismo nada mais era do que uma máscara, uma maneira de disfarçar o antissemitismo que aqui eclodiu e foi sustentado pelo Haman gaúcho de São Borja.

Seja como for, os diferentes pontos de vista dos autores sobre a comunidade judaica nos revelam uma maior ou menor agência por parte dos atores judeus na história. Isso é relevante pois nos mostra como e até que ponto os judeus, em face do contexto político nacional, encontraram um espaço de ação e adequação ao projeto nacional de Vargas (papel ativo), e, por outro lado, eram discriminados e tratados (papel passivo).<sup>55</sup> Sobre o papel ativo, este será explicitado no próximo capítulo; tratemos agora do judeu enquanto paciente.

Os principais problemas que os judeus poderiam trazer para o país, segundo setores antissemitas, nativistas ou anticomunistas, eram de toda sorte, uma miscelânea que envolve teorias étnico-raciais, política, cultura e economia, por vezes misturadas de maneira promíscua.

O desiderato de formar um novo brasileiro ia muito além de mudanças na educação e na saúde. Havia um fator que precedia esses em importância e que de certa forma os escorava – os de raça ou etnia. O debate sobre a composição étnica e racial do país vem à baila novamente, desta vez sob nova circunstância histórica. Todavia, a enraizada ideia de que o branqueamento<sup>56</sup> é desejável - já presente ao final do XIX - e que, portanto, a entrada de imigrantes brancos é preferível, permanece. Como corolário, eram *indesejáveis*<sup>57</sup> negros, chineses, japoneses e, curiosamente, os brancos – por isso ambíguos - judeus.

Ora, percebe-se, pois, que o que estava em jogo era a capacidade de trabalho e certas características culturais que cada raça possuía. A raça semítica não concorreria para a formação de um bom brasileiro pois, estereotipicamente, não seria afeita ao trabalho, tenderia à formação de quistos e era *por natureza*

---

<sup>55</sup> Como o capítulo seguinte, que tem por objetivo a análise da fonte escolhida pretende mostrar, a comunidade judaica parece ter gozado de notável crescimento e possibilidade de ação, além de representar Getúlio mais como Assuero do que como Haman.

<sup>56</sup> Sob a perspectiva do racismo científico, diferentes raças são dotadas de diferentes características, que irão determinar, em última instância e de forma previsível, como cada indivíduo de uma dada raça irá agir no mundo.

<sup>57</sup> Essa caracterização, presente também na década de 1910, também persistiu.

subversiva. Nas palavras de Cancelli, "os judeus eram indesejáveis em razão de suas ideias sociais e políticas; por se dedicarem às atividades comerciais de classe baixa; e por não se dedicarem à agricultura, contrariando a política do Departamento Nacional de Povoamento."<sup>58</sup>

Ademais, o novo fluxo de refugiados judeus advindos da Europa era proveniente da Europa Central e Oriental, judeus asquenazes que, desde fins do século XIX, "eram relacionados diretamente com o comunismo", sendo esta vertente política o principal inimigo do Estado de Vargas. As principais manifestações do antissemitismo moderno aqui, por parte do Estado, se dão precisamente devidamente a essa associação do elemento judaico com o comunismo.

Essa identificação de fato propiciou momentos de perseguição, nos quais judeus acabaram presos pela polícia *não* por serem judeus, mas por serem comunistas. A atmosfera de medo, de que havia uma subterrânea conspiração comunista teve seu acme com a divulgação do famoso *Plano Cohen*. Este documento, uma farsa, teria como conteúdo instruções para um golpe de Estado em nome do Comunismo. Em nome da segurança nacional, seria decretado o Estado Novo no Brasil.<sup>59</sup>

Para além do Estado, outro vetor antissemita presente no período era a Ação Integralista Brasileira (AIB). Aqui o antissemitismo moderno aparece de forma cristalina e indiscutível, principalmente sob a pena de Gustavo Barroso, um dos líderes do movimento. De inspiração fascista, os camisas-verdes – como seus rivais da Aliança Nacional Libertadora – nasceram nesse contexto complexo que foi a passagem da década de 1920 para 1930, onde havia "um clima de indefinição e de imprevisibilidade política, criado pela revolução [de 30], o que abriu uma brecha para o aparecimento desses movimentos."<sup>60</sup>

O Integralismo não é a preocupação central deste trabalho, mas deve ser salientado que ele é entendido aqui como o elemento que mais ventilou o

---

<sup>58</sup> CANCELLI, E. *Op. cit.*, p. 129.

<sup>59</sup> CYTRYNOWICZ, R. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940, p. 300.

<sup>60</sup> ARAÚJO, R. Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1988, p. 25.

antisemitismo no Brasil. Para ilustrar como o antisemitismo era mobilizado por este grupo, cito trechos do periódico *A Offensiva*, do Rio de Janeiro:

"[...]Está claro que quando dizemos não nos mover qualquer espírito de aversão a determinadas imigrações sob o aspecto racial, não podemos incluir em tal consideração. certas imigrações de raças reconhecidamente degeneradas ou, sob o ponto de vista da colonização. Inconvenientes ao Brasil. Esse foi o caso dos assírios, com que nos quis mimosear a Liga das Nações. Também este é o caso dos judeus expulsos da Alemanha e do Sarre, onde viviam acumulados nas cidades. Só queremos e só nos convém receber gente para a agricultura e trabalhos da indústria extrativa. Pois bem, os incríveis judeus formaram uma companhia de colonização e para cá pretendem vir na qualidade de colonos. Os judeus metamorfoseados em colonos...como pilhéria é boa!"<sup>61</sup>

"Os mais graduados chefes do comunismo são judeus, desde o seu criador, Karl Marx, e do seu executor, Lenine, até os seus atuais orientadores, como Stalin, ou propagandistas como Harry Berger que nos mandaram de presente para aqui praticar o crime e a infâmia. É por isso que os comunistas empregam todos os terríveis e miseráveis processos que os judeus resolveram pôr em prática para dominar o mundo, processos esses que são os mais baixos, os mais vis e os mais torpes, como se pode verificar lendo o livro "Protocolo dos Sábios de Sião".<sup>62</sup>

"E que o Integralismo, por ser uma doutrina tão pura, agia e propagava a sua finalidade publicamente e a descoberto e por isso é que os integralistas vestiam a camisa verde, para serem conhecidos como tais, o que não acontece com os comunistas que vivem sorrateiramente a trabalhar para destruir a sociedade cristã que é a nossa e lançar a humanidade no inferno de uma situação horrorosa em proveito de meia dúzia de judeus miseráveis, desalmados, algozes quais uns demônios."<sup>63</sup>

Se os judeus foram identificados com o comunismo, é certo que os integralistas foram identificados de imediato com o fascismo. Embora de início Vargas buscasse uma posição ambígua e ambivalente em relação ao nazi-fascismo, o que parece sugerir uma convivência para com a AIB e com o que viria a ser o Eixo, como resolutivo líder autoritário, sem ceder sua *auctoritas*, extingue a AIB com o Estado Novo. Entretanto, seria incorreto afirmar que, com o fim da

<sup>61</sup> *A Offensiva*, 19/07/1936. Ed. 236, p. 10

<sup>62</sup> *A Offensiva*, 12/07,1936. Ed. 230, p. 11. O antisemitismo dos "Protocollos", cuja origem foi esboçada, chega ao Brasil com uma defasagem de meio século.

<sup>63</sup> *A Offensiva*, 16/08/1936. Ed. 260, p. 14

AIB, certas ideias por esses esposadas não continuaram a ser entretidas por alguns setores da burocracia ou mesmo da sociedade<sup>64</sup>.

Dito isto, há um ponto crucial que deve ser apontado, e que toca profundamente na questão do antissemitismo e nas vivências e experiências da comunidade judaica aqui. Ao contrário do que sustenta Maria Luiza Tucci Carneiro, creio que o nacionalismo não era uma máscara do antissemitismo. A gana pela construção de uma nação forte, bem definida e moderna era o motor de toda a agenda política varguista, com o antissemitismo vindo de contrabando. No percurso dos acontecimentos, Vargas negociava e renegociava com atores políticos nacionais e internacionais, buscando sempre o resultado que fosse contribuir mais para o seu projeto nacionalista. Assim, se agiu de modo considerado antissemita em certos momentos, principalmente ao lidar com questão imigratória, foi igualmente rigoroso e intransigente com o "perigo alemão" e com o "perigo amarelo" – para não falar da já enraizada desconfiança em relação aos negros como raça, para os quais a imigração também fora proibida.

Grande parte dos ataques antissemitas – e, vale dizer, das defesas filossemitas - da época dirigiam-se a um judeu que não era *real*, mas sim *imaginário*<sup>65</sup>. No espaço das mentalidades, o antissemitismo parecia florescer, mas não se realizava de fato.

Analogamente, o antissemitismo parece mais evidente quando o objeto estudado se concentra nas políticas imigratórias estabelecidas no período, crescentemente mais restritivas; por se opor, baseado num nacionalismo "democraticamente" xenófobo e cioso em relação a sua população, à imigração ampla e irrestrita, aventa-se a sugestão de que o antissemitismo era aqui um problema de extrema gravidade. Problematizando, cito alguns autores:

"Embora a propaganda anti-semita tenha aumentado de forma aguda após 1933 e os judeus locais tenham encontrado embaraço devido a crescente hostilidade oficial, a ameaça permaneceu potencial, não real. Os judeus brasileiros nunca enfrentaram violência anti-semita. Os camisas-verdes da Ação

<sup>64</sup> A revista de humor *Careta*, por exemplo, reproduzia e alimentava certos estereótipos sobre os judeus. Ver também a obra *Dez mitos sobre os judeus* (2014), de Maria Luiza Tucci Carneiro.

<sup>65</sup> LESSER, J. *Op. cit.*, p.3. Os excertos citados do periódico *A Offensiva* sugerem esse caráter imaginário e espectral da alegada ameaça judaica. Para os integralistas, especialmente para os de inclinação mais barrosiana, o antissemitismo foi de fato um instrumento de poder político, operando na "tradicional" lógica do judeu como bode expiatório.

Integralista Brasileira (A.I.B.), fundada em São Paulo em 1932, foram suprimidos em 1938, apesar da clara guinada à direita dada pelo regime entre 1935 e 1940 e da simpatia por integralistas nos círculos militares."<sup>66</sup>

"É bom lembrar, no entanto, que os judeus que viviam no Brasil jamais foram alvo de perseguições específicas durante a Era Vargas para além daquelas vividas por outros grupos de imigrantes, como a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa ou a restrição da liberdade de associação. Continuaram levando suas vidas normalmente e alguns judeus tornaram-se membros de instituições oficiais, como Horácio Lafer, que foi deputado federal, ministro da Fazenda no último governo Vargas e ministro das Relações Exteriores no governo de Juscelino Kubitschek. Anteriormente, durante o Estado Novo, diante da necessidade de estancar a sangria de divisas ocasionada pela importação de papel, foi à empresa de Horácio Lafer e seus sócios, os irmãos Klabin, que Vargas ofereceu empréstimo, cobertura cambial e o virtual monopólio da produção do produto."<sup>67</sup>

"Enquanto grupo, os judeus não sofreram nenhuma perseguição específica, sendo submetidos aos mesmos constrangimentos e proibições que outros grupos imigrantes, de falar, ensinar ou editar jornais em línguas consideradas "estrangeiras". Tampouco foram excetuados, no caso dos judeus-alemães, quando o governo brasileiro impôs restrições aos nacionais alemães no Brasil como inimigos do Eixo. É fundamental ressaltar que o argumento deste artigo refere-se exclusivamente aos imigrantes judeus, que constituíram uma parcela muito pequena do total de imigrantes chegados ao País a partir no último quartel do século 19. No caso dos imigrantes japoneses, a partir de 1937 a repressão foi mais dirigida e intensa e culminou, na cidade de São Paulo, com a expulsão de centenas de pessoas de suas casas na região central da cidade; igualmente distinto é o caso dos imigrantes alemães no sul do País."<sup>68</sup>

Seja por mirar demasiadamente no judeu-simulacro ou no judeu que buscava refúgio, resulta-se que pouco se disse sobre os judeus aqui residentes. Vemo-nos, pois, diante da estranha e singular situação na qual, por um lado, verifica-se um antissemitismo que acossa um judeu *exterior* – seja a cópia mental, seja o imigrante – mas que, por outro, não caiu pesadamente sobre a população judaica brasileira nem transformou o Brasil, paraíso dos trópicos, em um "purgatório nazista".

<sup>66</sup> LEVINE, R. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>67</sup> GRINBERG, K.; LIMONCIC, F. *Judeus Cariocas*. Rio de Janeiro, Cidade Viva Editora, 2010, p. 46.

<sup>68</sup> CYTRYNOWICZ, R. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial., p.395.

Vejamos, pois, como a voz dos redatores e contribuintes da revista *Aonde Vamos?* pode nos prover uma nova perspectiva, mesmo que fragmentada, de parte da vida da comunidade judaica no Brasil.

### **Capítulo 3: *Aonde Vamos?* - Uma indagação judaica e brasileira sobre destino(s) nacional(is)**

Nesta seção debruçar-nos-emos sobre a principal fonte desta pesquisa, a revista *Aonde Vamos?*. Publicada semanalmente no Rio de Janeiro de 1943 até o

final da década de 1970, é justo afirmar que esta publicação encontrou boa acolhida e logo arrebanhou fiel público. Apesar de sua longevidade, levando em consideração o escopo e o objetivo desta pesquisa vamos nos restringir às edições de março de 1943 até dezembro de 1945.

Contudo, comecemos a partir de considerações fundamentais acerca do uso da imprensa como fonte. Como alertam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha e Peixoto:

"No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa. Assim, por exemplo, notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são dali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período."<sup>69</sup>

A historiografia por longo tempo refugou em relação ao uso da imprensa enquanto fonte. A documentação oficial parecia dotada de um cariz mais objetivo, neutro e verdadeiro se comparada com a imprensa, cujo uso seria suspeito pois a mesma se configuraria como um "registro fragmentado do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões."<sup>70</sup>

Parece-nos evidente agora, após as numerosas revoluções ocorridas no seio da historiografia, tanto em método como em tratamento de fontes, que a quimérica objetividade, outrora buscada nos documentos ao dispor do historiador, não é apanágio de nenhum tipo específico de fonte. Mais, parece-nos igualmente claro que, se subscrevermo-nos à cita acima, considerando o registro deixado pela imprensa como eivado de "interesses, compromissos e paixões", podemos de fato acabar encontrando novas intepretações sobre o passado, agora baseando-nos não no estatuto de neutralidade do documento, e sim em sua "paixão e parcialidade".

<sup>69</sup> CRUZ, H. PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 257-270, dez. 2007, p. 256.

<sup>70</sup> LUCA, T. R. de. História dos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto, 2015, p. 112.

Portanto, para esta pesquisa a imprensa é fonte *principal*, ao passo que fontes de natureza diversa, como a ligada à documentação oficial, são as subsidiárias, que auxiliam na pintura do contexto histórico do período considerado. A escolha se deu por uma simples razão: Grande parte da historiografia produzida sobre o tema em questão está montada sobre uma fundação documental que é largamente a dos documentos oficiais. Logo, esta pesquisa pretende, apoiando-se em uma fonte pouco trabalhada, trazer à luz uma nova visão da paisagem do passado.

Para chegarmos à gênese da revista, iniciemos tomando como exemplo de uso da documentação oficial Nachman Falbel, Roney Cytrynowicz e Jeffrey Lesser. Esses autores aludem ao fato de que, por ordem do Ministério da Justiça, a partir de 1939 toda publicação em língua estrangeira deveria vir acompanhada de sua tradução em língua nacional, e que em 1941 a restrição recrudesceria, sendo proibida a publicação de qualquer jornal em língua estrangeira.

No capítulo anterior o "projeto para a nação" idealizado por Getúlio Vargas foi delineado rudimentarmente, de modo que é fácil observar como as determinações supracitadas, que tinham como alvo a imprensa, se encaixam nesse projeto nacionalista de Vargas. Ora, é precisamente nesse período, quando a repressão da presença do elemento estrangeiro na imprensa se torna mais intensa que a revista *Aonde Vamos?* vem à luz.

Originalmente uma revista voltada ao turismo, foi adquirida<sup>71</sup> e transformada em uma revista de variedades, formato que, à época, "tornava-se o principal produto da indústria cultural que então despontava".<sup>72</sup> Em seu primeiro exemplar, a revista comunica aos leitores:

"Tendo anteriormente saído como suplemento de um vespertino carioca, AONDE VAMOS? obteve, depois, o seu registro como revista autônoma, afim de melhor servir aos seus leitores, fornecendo-lhes noticiário mais amplo sobre assuntos gerais.

---

<sup>71</sup> A revista tinha como sócios: Ladislau Vinhaes Weinberger (diretor), Isidoro Waismann, Sabath Karakuschanski e Aron Neumann. A informação sobre eles é escassa, embora me pareça seguro afirmar que tinham certa projeção dentro da comunidade, tanto pelo seu ativismo quanto pela proximidade que - especialmente Vinhaes e Neumann - tinham com o governo, evidenciada pelas entrevistas e fotos que realizam com membros do Estado, inclusive com o próprio Vargas.

<sup>72</sup> LUCA, T. R. de. *Op. cit.*, pp. 121-122.

AONDE VAMOS? entra, pois, com este número, na sua nova fase, contando merecer de todos a mais simpática acolhida."<sup>73</sup>

Ainda na mesma edição, a revista expõe seu objetivo: "AONDE VAMOS? é uma síntese do movimento semanal. Lendo-o terá uma visão da atividade social, política e literária."<sup>74</sup> O fato de se tratar de uma revista de variedades, cuja gama de assuntos é, pois, extensa, favorece a pesquisa, no sentido de que a revista contemplará uma miscelânea de temas, *porém* com um público específico em mente, qual seja, judaica. É o olhar judaico, a "judaicidade" e a relação desta e da comunidade judaica leitora com o Brasil e a "brasilidade" que, em última instancia, procuramos analisar.

Nachman Falbel apresenta alguns comentários sobre a imprensa judaica. Sobre o jornal judaico em particular, ele diz:

"O jornal judaico é rico em informações de toda ordem, pois espelha a vida da comunidade sob todos os aspectos. Anúncios comerciais e profissionais, acontecimentos sociais (noivados, casamentos, nascimentos, bar-mitzvot, aniversários), relatórios das instituições comunitárias, eventos políticos, são normalmente publicados e não poucas vezes encontramos elementos para a história de pequenas comunidades [...] Ademais, podemos encontrar as vezes, em jornais de circulação nacional das décadas passadas, uma coluna ou seção dedicada à comunidade israelita, como a do "Correio da Manhã" e outros."<sup>75</sup>

A descrição de Falbel é bastante apropriada à *Aonde Vamos?*, que, como esboçado acima, é uma revista de variedades e que, portanto, encerra "informações de toda ordem." Veremos, pois, sob vários aspectos, como a publicação a um tempo avançou acomodou-se ao nacional e avançou interesses eminentemente judaicos.

Adiantando os achados desta pesquisa, reafirmo meu compromisso com a vereda aberta por Cytrynowicz e Lesser, que, segundo o primeiro:

"Enfatiza as estratégias engendradas pelos diferentes grupos étnicos e mostra como, mesmo em situações adversas e mesmo diante de restrições do Estado, os grupos organizam diferentes repostas, que podem ser entendidas como diferentes estratégias de identidade. Esta perspectiva deve ser considerada para que os grupos minoritários não sejam considerados apenas vítimas

<sup>73</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 11/03/1943, nº1, ano IV, p. 2. Acervo AHJB.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>75</sup> FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*, p. 20.

passivas do Estado ou da ideologia oficial, ou tendo uma atitude apenas de reação diante do discurso dominante – o que lhes retira a condição de sujeito."<sup>76</sup>

O periódico, pois, assumia uma postura resoluta e negociava a todo o tempo com o Estado e a sociedade. Entretanto, o que fundamentara tal postura? Para responder a essa pergunta, é necessário recuar no tempo e tomar nota do desenrolar de um discurso e o acontecer de um evento, ambos intimamente ligados ao âmbito do Estado e da figura de Vargas.

O primeiro tem a ver com a representação construída sobre os judeus - o "judeu imaginado" -, com os diversos estereótipos que incidiam por sobre os judeus durante a Era Vargas. O Estado, sempre zeloso de seu projeto de modernização nacional, via com suspeição o judeu no que concerne a sua contribuição econômica. Seria o judeu um parasita, vindo para estas paragens apenas para sugar as potenciais riquezas desse novo Brasil por meio de seu "controle das finanças", sustando, assim, um projetado sonho de industrialização e modernização? Segundo Lesser, houve uma mudança na maneira de ver o próprio estereótipo<sup>77</sup>.

Estereótipos ou mitos que versavam sobre uma suposta afluência e parcimônia judaica, bem como sua pretensa predisposição étnico-racial ao mundo financeiro e especulativo<sup>78</sup> foram mantidos, *mas* tomados agora não vendo o judeu como sanguessuga e explorador, e sim como elemento economicamente útil<sup>79</sup>, que concorreria para a modernização do país.

Assim, a despeito das restrições imigratórias e das famigeradas circulares secretas, judeus continuavam a adentrar o Brasil, mesmo com o Estado Novo já estabelecido. O Estado podia, pois, aparentar uma certa abertura, uma fachada de boa vontade para com os refugiados diante do mundo – apesar da vigência das restrições secretas. Isso seria visto positivamente pela comunidade judaica nacional e principalmente pelas "forças democráticas" da época, em especial os Estados Unidos.

---

<sup>76</sup> CYTRYNOWICZ, R. *Ibidem*.

<sup>77</sup> LESSER, J. *Op. cit.*, p. 121.

<sup>78</sup> E, pela outra face, em sua suposta aversão ao trabalho rural, "vocaçãõ" que o Brasil buscava substituir – mas não erradicar, visto a importância dos outros imigrantes nas ocupações rurais - por outra, moderna e industrial.

<sup>79</sup> LESSER, J. *Ibidem*.

A referência aos Estados Unidos introduz o evento histórico que acabaria por repercutir em um tácito editorial seguido pela revista. Este evento foi o rompimento com o Eixo e a subsequente união com os Aliados<sup>80</sup>, assinalando o fim da política de barganhas, na qual, resumidamente, o Brasil oscilava entre aproximar-se da Alemanha ou dos Estados Unidos<sup>81</sup>, ao sabor das circunstâncias, mas tendo sempre em mente o que mais favoreceria seu desenvolvimento.

Outrossim, isso sinalizou para a comunidade judaica nacional uma garantia de que esta poderia deixar de temer quaisquer atitudes antisemitas por parte do Estado. Vargas estava agora do seu lado – e eles retribuiriam o favor, cantando loas em homenagem ao "Salvador da Pátria".

Doravante, o que parece verificar-se é um conúbio entre a publicação e Vargas; se para grande parte dos brasileiros Vargas, por meio de um culto à personalidade, carregava certos epítetos como o de "pai dos pobres", para a *Aonde Vamos?* e seus leitores, Getúlio afigurava-se com um quê de um messias. A revista tomará o lado de Vargas, inclusive abraçando uma nacionalidade brasileira, a qual irá se imiscuir com cores israelitas próprias.

O período em que o material que este trabalho se propôs a investigar, ou seja, volumes da revista publicados entre 1943 e 1944, testemunhou poucas mudanças na organização interna da mesma. De modo geral, a revista apresenta algumas colunas e segmentos diversos, cujo conteúdo é cambiante. Certas seções e temas, porém, são fixos.

Todo volume apresenta uma capa que pretende lançar luz sobre um indivíduo ou evento que a revista pretende tornar evidente. Ademais, ela sempre é introduzida pela seção "A Semana", redigida por Sabbath Karakuschanski<sup>82</sup>, um apanhado dos acontecimentos da semana. Uma seção voltada para as artes, ao teatro e ao cinema também era imprescindível, fomentando a cultura entre a

---

<sup>80</sup> CYTRYNOWICZ, R. *Op. cit.*, p. 399.

<sup>81</sup> A política de barganhas foi exposta na reputada obra de Gerson Moura *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, FGV, 1991.

<sup>82</sup> Ele e Aron Neumann, ambos de projeção na comunidade judaica, foram os idealizadores da revista. Este último é caracterizado nas páginas da própria revista como "nome de destaque na sociedade brasileira e admirado no seio da coletividade israelita, que nele vê um de seus elementos mais dedicados e sempre prontos a propugnar pelas boas causas." (Revista *Aonde Vamos?*, 19/08/1943, n°24, ano IV, p. 4.

comunidade ao mesmo tempo em que critica o estado da cultura nacional da época.

Além disso, há uma coluna voltada para a vida social da comunidade, intitulada de “Sociais” e, com o desenrolar da guerra será criada uma coluna voltada para o contexto internacional. De resto, matérias específicas de autoria de convidados ou retiradas de meios de comunicação internacionais, de temas plurivariados além de anúncios e propagandas pontilham as páginas da revista.

Neste trabalho, cujo objetivo visa a compreender o contexto nacional, não nos demoraremos sobre as notícias da guerra ou matérias que versam de forma *estrita* sobre o cenário internacional<sup>83</sup>. Os principais temas abordados estão relacionados com a representação de Getúlio na revista, com os nacionalismos demonstrados pela revista, a saber, o judaico e o brasileiro, com o antissemitismo, com a atividade econômica efetuada pela comunidade judaica, que aparece de forma tácita, e os laços sociais mantidos pela comunidade seja internamente (*i. e.*, entre os judeus), seja de modo lato, com o resto da sociedade.

Começemos por um elemento que muitas vezes é ignorado, como se lhe faltasse um significado que vai além do imediato: a publicidade.

A investigação da publicidade exibida na *Aonde Vamos* – como em qualquer outro estudo sobre a publicidade – descortina múltiplas dimensões de interpretação. Temos quem anuncia, o que é anunciado e o leitor/possível consumidor. No caso da *Aonde Vamos*, falar desses anúncios é falar da comunidade judaica. Isso nos remete a considerações de fundo econômico e de características e atitudes próprias de membros da comunidade judaica.

Quem buscava a revista como veículo de comunicação para vender seus produtos ou serviços? Eram em sua indiscutível maioria judeus, alguns inclusive de aparente visibilidade diante da comunidade judaica, como o médico Isaac Izecksohn, que como Marcos Schechter, Manoel Ingber e outros, ocasionalmente contribuíam com escritos para a própria revista.

---

<sup>83</sup> Notícias da guerra compõem uma grande parte da revista, seja no período de 1943-1944 como também no de 1945, que não será investigado. Um trabalho que investigue a maneira como essas notícias foram interpretadas e consequentemente expostas ao público carece de ser feito.

Quem era o leitor-consumidor desses produtos ou serviços? Como afirmado anteriormente, é seguro dizer que embora a revista certamente contasse com leitores não-judeus, estes não deveriam ser muito numerosos. De todo modo, o que se forma é um sistema de relações de troca, de compra e consumo, que guarda, em seu íntimo, um reforço e estímulo ao contato intra-étnico, isto é, a revista, inadvertidamente ou não, funcionava como um intermediário, facilitando e reforçando contatos entre os membros da comunidade judaica do Rio de Janeiro.

E o que era anunciado? Como dito, tanto produtos como serviços. Mas a natureza específica do que era ofertado parece refletir – e confirmar – a imagem reconstruída do elemento judaico como economicamente útil. Os anúncios evidenciam as ocupações econômicas às quais os judeus se dedicavam. Havia médicos, advogados, contadores, dentistas, serviços tipográficos, professores<sup>84</sup>, serviços laboratoriais, *etc.* Além disso, mostravam uma considerável presença no comércio. Eram revendedores, importadores-exportadores, donos de pequenas fábricas de móveis, chocolates, têxteis<sup>85</sup>, papel, *etc.*<sup>86</sup>

Percebe-se, pois, um pendor para as profissões liberais e para atividades econômicas que, à sua maneira, estimulavam a economia e concorriam para a introdução de novos hábitos de consumo e para o crescimento de iniciativas empreendedoras na esfera econômica. Isto deve levar em consideração – e ser contrastado – com o histórico da comunidade judaica. Partindo do pressuposto de que o fluxo imigratório, especialmente já no século XX, trouxe judeus europeus dotados de habilidades, educação, profissões e contatos internacionais

---

<sup>84</sup> Segundo Cytrynowicz, "[...] a restrição ao uso de línguas estrangeiras parece não ter sido um constrangimento absoluto no caso do iídiche e do hebraico." É o que parece ao constataremos a existência de anúncios de professores particulares de hebraico. (CYTRYNOWICZ, R. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, K. *Op. cit.*, p. 299.

<sup>85</sup> Os anúncios de manufaturas têxteis e de confecções são recorrentes e predominantes nas páginas da revista. Isto se relaciona diretamente com uma observação feita pelo economista Thomas Sowell em uma seção de seu livro *Black Rednecks, White Liberals*, aptamente chamada "Are Jews Generic?" Sobre a manufatura ele diz: "A manufatura de roupas é uma dessas indústrias que parecem especialmente apropriadas para quem começa com muito pouco dinheiro, mesmo que seja uma indústria na qual um indivíduo bem-sucedido possa depois expandir e se tornar um grande empreendedor[...] Ao passo que as primeiras gerações ascenderam de mascates para comerciantes, gerações posteriores tenderam a se dirigir não apenas para a manufatura, transporte e publicidade e outras indústrias, mas também para as profissões que requeriam uma educação avançada, a qual essas da primeira geração raramente possuíam." SOWELL, T. *Black Rednecks, White Liberals*. San Francisco, Encounter Books, p. 85. Sobre a expansão dos negócios, é interessante notar

<sup>86</sup> De passagem, ressalto o sucesso de algumas empresas que anunciavam na revista, como os anúncios da fábrica de chocolates de David Kopenhagen ou os serviços laboratoriais de Manoel Bronstein, por exemplo.

particulares, eles possuíam vantagens relativas se comparados com o elemento nacional, que passou a ser digno de preocupação por parte do governo precisamente a partir de Vargas.<sup>87</sup>

Podemos, aqui, apontar um ponto de convergência entre a política de Vargas e uma matéria da revista, no que concerne a formação de trabalhadores e, de certa maneira, sobre uma concepção do que seria o espírito da época.

Na edição 22 da revista, a sucursal da revista, que já havia se expandido para São Paulo, onde havia – e ainda há – a maior concentração de judeus, havia uma matéria em cuja manchete se lia: “Inaugurada, em São Paulo, a primeira escola “ORT”<sup>88</sup> do Brasil. A notícia prossegue, e nela se lê:

“[...] o mundo marcha para uma época de grande industrialização, e que só teria lugar no conceito internacional das nações o país que tivesse uma verdadeira concepção do trabalho industrial, uma vez que o agrícola havia saído do primeiro plano há muito tempo. Eis o programa da ORT: dar ao mundo inteiro, concientes operários israelitas.”<sup>89</sup>

Prosseguindo, podemos ler:

“Um dos fatos mais interessantes que vinham sendo abordados (e ainda o são) por grande número de círculos anti-semitas, era o ‘grande espírito financista, primeira característica da raça de Israel’. Estes mesmos círculos, porém, generalizam uma pequena parte do mundo israelita que, verdade seja dita, entrega-se ao mundo financeiro de todas as formas possíveis. Esquecem-se dos ‘judeus sem dinheiro’ [...] vivendo em ‘East Sides’ espalhados por todo o mundo, em formas de ghettos ou bairros de comércio, onde judeus abastados moram em residências confortáveis e judeus necessitados (em número muito superior!) moram em porões.”

As citas acima acenam para alguns temas. A primeira parte aponta para uma afinidade de fins que existiria entre a proposta da ORT e a visão de futuro que a própria política getulista buscava alcançar. A elusiva paridade almejada pelo

<sup>87</sup> Essa pressuposição de fato esconde parte da realidade. A despeito de seu capital cultural, muitos imigrantes, ao aqui chegarem, tiveram de recorrer à atividade de *clienteltchik*, o mascate ou vendedor ambulante de artigos diversos. Com o tempo, contudo, acumulavam e podiam direcionar suas economias para outros fins, como trazer membros da família que ainda viviam na Europa ou abrir seu próprio negócio. Esse fenômeno já era percebido na época, como se vê na contribuição de Evaristo de Moraes para a obra *Os judeus na história do Brasil*, na qual escreve um artigo denominado “Judeus sem dinheiro, taes como eu os vejo...”. Também é notado em grande parte da bibliografia, como por exemplo em GRINBERG, K. LIMONCIC, F. *Op cit.*, pp. 56-59.

<sup>88</sup> Essa organização, que existe até hoje, declara que teve início em 1880 na Rússia, com o objetivo de “ajudar judeus pobres em obter habilidades que lhes permitiriam a autossuficiência.” Em:

<http://www.ort.org/about-us/history/>.

<sup>89</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 05/08/1943, nº22, ano IV, p. 10.

Brasil em relação às nações percebidas como avançadas – isto é, as europeias e a norte-americana -, almejada desde o período Imperial, seria conquistada agora por meio da industrialização, encabeçada por Vargas.

Ao mesmo tempo, é sublinhada a preponderância do trabalho industrial sobre o rural, evocando os debates em torno da suposta "vocaçãõ agrícola" brasileira, agora desacreditada. O desejável para o momento o fomento ao trabalho industrial e ao trabalhador; a ORT, de sua parte, iria "polir a mentalidade da nova geração de judeus, dando-lhes uma concepção exata do seu papel no conflito social e econômico da atualidade."<sup>90</sup>

A segunda parte é particularmente curiosa. A narrativa apresentada até então já buscava, implicitamente, dissipar o mito do judeu financista e avesso ao trabalho, apresentando uma escola de formação de trabalhadores. Contudo, ela ativamente traz o mito à tona, e, sem negá-lo de todo, relativiza-o. Havia judeus financistas, todavia, a imensa maioria de judeus era pouco favorecida; o que o mito e esses círculos antissemitas referidos pela matéria engendram é um *quid pro quo* perverso, que oculta a realidade.

Nesse sentido, a revista tem um ponto de vista balanceado, capaz de olhar tanto para o abastado quanto para o necessitado, um ponto médio que não enfatiza nem lança um véu de esquecimento por sobre as diferentes condições encontradas pelos vários judeus que aqui residiam. A revista, ademais, publicará relevantes matérias sobre alguns dos judeus mais afluentes na sociedade, bem como revelará suas perspectivas em relação a condição da economia e do trabalho no país, evocando debates e acontecimentos da época.

Em julho de 1943, a revista publica uma matéria em cuja manchete se lê: "A guerra e o desenvolvimento das indústrias: uma palestra com os sócios da firma Tobias Arongaus & Cia – O papel nacional e a importância de seu fabrico no momento atual – Técnica, habilidade e o fator sorte". A matéria aborda a guerra como um evento que dá ensejo a certas indústrias e iniciativas. No corpo da matéria, lemos:

"A guerra veio acelerar diversas indústrias e entre elas a do papel, que, embora fabricado com toda a técnica moderna, não

---

<sup>90</sup> Revista Aonde Vamos?, 05/08/1943, nº22, ano IV, p. 22.

produzia o bastante para atender a todo o consumo do país. "Aonde Vamos?", prosseguindo em sua visita à indústria israelita desta Capital, para conhecer sua cooperação com todas as fontes de riqueza nacional, resolveu fixar o papel."<sup>91</sup>

Prosseguindo, são entrevistados os dois sócios da firma, Idel Halfen e Israel Kapeler, "figuras conceituadas na sociedade israelita desta Capital":

"Os israelitas – diz o sr. Idel Halfen – ocupam, no Brasil, senão o primeiro lugar, pelo menos um de grande destaque na indústria do papel. Não será exagerado dizer que durante a guerra anterior foi a firma Klabin quem salvou a situação do mercado interno. [...] Se o sucesso depende de sorte ou de habilidade, não o sabemos ao certo. O fato é que são os bem sucedidos que ficam prestando serviço à indústria nacional e, conseqüentemente, à população, ao povo e à nacionalidade."<sup>92</sup>

O responsável pela matéria, que não foi assinada, acrescenta:

"Um dos que tiveram êxito, nestes últimos anos, na indústria do papel, foi o Sr. Leão Fefer, que, sem exagero, ocupa o segundo lugar, vindo após os Klabin. Será o esforço, o dinamismo, a energia peculiar ao judeu, que fez com que, nestes tempos de racionamento, fosse Leão Fefer um dos que impedem a crise de papel no Brasil?"<sup>93</sup>

A crença segunda a qual o judeu poderia ser um elemento economicamente útil parecia se confirmar, sendo corroborada sugestivamente por judeus, "dotados de energia peculiar". A revista não se furta em salientar a contribuição propiciada pelos israelitas à indústria nacional e a nacionalidade, citando inclusive a vital importância da indústria de papel Klabin. Sobre esta empresa, Flávio Limoncic comenta:

"Durante o Estado Novo, diante da necessidade de estancar a sangria de divisas ocasionada pela importação de papel, foi à empresa de Horácio Lafer e seus sócios, os irmãos Klabin, que Vargas ofereceu empréstimo, cobertura cambial e o virtual monopólio da produção do produto."<sup>94</sup>

A atitude de Vargas em relação aos judeus parece ter dado uma guinada favorável. Mais do que simplesmente dotados de uma cultura econômica positiva, pode-se ponderar que os judeus não representariam, para Vargas, uma ameaça ao seu nacionalismo econômico, no sentido de que ele considerava esses judeus

<sup>91</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 22/07/1943, nº20, ano IV, p. 25.

<sup>92</sup> *Idem.*

<sup>93</sup> *Idem.*

<sup>94</sup> LIMONCIC, F. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In: GRINBERG, K (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. P. 273.

como brasileiros. Do contrário, conceder o monopólio de uma indústria a um elemento não-nacional seria altamente contraditório.

Horácio Lafer, sócio dos Klabin, fornece mais indícios sobre a estimada relação do presidente com certos membros da comunidade judaica. "*Aonde Vamos?*" publicara, em pequena nota de manchete "Novo Membro do C. T. E. F"<sup>95</sup>.: "Empossou-se no elevado cargo de membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, o Sr. Horácio Lafer, conhecido industrial paulista e recentemente nomeado por ato do presidente da República."

Aos judeus nacionais, portanto, estavam franqueadas não somente as portas para o mundo da economia como também para o da própria máquina estatal, da burocracia e do serviço público. E não seria, como veremos, o único a galgar os degraus da sociedade, adentrando instituições tradicionais. O diretor da sucursal da revista em São Paulo, Fernando Levinsky, tomou posse da cadeira Artur Azevedo da Academia de Letras de São Paulo e em seu discurso de posse, não poupou elogios ao presidente Vargas, conclamando-o patrono, "dispensando carinho e proteção ao teatro brasileiro."<sup>9697</sup>

As empresas e os industrialistas judaicos, como a reportagem dos sócios da firma Tobias Arongaus & Cia, ou a iniciativa da ORT quer sugerir, discernem claramente uma função social na atividade econômica, que tem como beneficiária a sociedade. Nesse sentido, a Klabin novamente aparece nas páginas da revista, sob a manchete "NOVO RESTAURANTE POPULAR":

---

<sup>95</sup> "O CTEF compunha-se de oito conselheiros e um secretário técnico, todos de nomeação do presidente da República, dentre pessoas de conhecido saber na área de economia e finanças. Obedecendo à orientação dominante na época, o princípio corporativista de representação da comunidade dos negócios no interior do aparelho de Estado refletir-se-ia na sistemática nomeação de representantes do empresariado industrial, financeiro e comercial na composição do conselho. Assim, Valentim Bouças, conhecido empresário com atividades na área financeira e comercial, ocuparia o cargo de secretário técnico do órgão durante mais de duas décadas, destacando-se ainda a participação de importantes nomes do setor empresarial, como Guilherme Guinle, Luís Betim Pais Leme, Guilherme da Silveira, Mário de Andrade Ramos, Horácio Lafer e Fábio da Silva Prado, entre outros. Desta forma, o conselho se transformaria de fato em importante canal para expressão e articulação dos interesses da iniciativa privada na máquina estatal estado-novista." (Retirado de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-tecnico-de-economia-e-financas-ctef>)

<sup>96</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 01/07/1943, nº17, ano IV, p. 13. Suponho, portanto, sem confirmar, que o próprio Artur Azevedo, ironicamente, poderia alguma ascendência israelita.

<sup>97</sup> Outro israelita de destaque é Herbert Moses, judeu carioca que fora presidente da ABI. Em nota na seção "Sociais", é relatado um churrasco na residência de Oswaldo Aranha, no qual encontravam-se, além do anfitrião, Moses, Gustavo Capanema e Getúlio Vargas. (Revista *Aonde Vamos?*, 20/05/1943, nº11, ano IV, p. 11.)

"O presidente da República inaugurou, a 1º do corrente, o restaurante instalado pelo SAPS na fábrica de Cerâmica e Porcelana da firma Klabin & Cia., à Av. Suburbana 5.472, e que funciona sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência. S. Excia., que estava acompanhado de altas autoridades, inclusive do dr. Marcondes Filho, titular do Trabalho, almoçou com os trabalhadores, que sobem a mais de mil, tendo apreciado em seus detalhes aquela importante indústria nacional."<sup>98</sup>

A nota revela de forma patente o Trabalhismo posto em ação, o qual, resumidamente, se caracterizava como um conjunto de políticas públicas que objetivavam valorizar e conceder benefícios aos trabalhadores<sup>99</sup>. A instalação de um restaurante na fábrica da companhia Klabin sugere, além do íntimo contato entre o setor privado (judaico) e o público, que a valorização do trabalho e do trabalhador estavam em consonância com os desígnios da empresa.

Evidentemente, tais ideias como o Trabalhismo estavam em sintonia também com os interesses da *Aonde Vamos?*, não só pelo fato de ter considerado a notícia digna de espaço em suas páginas, mas pela recorrência em que essas ideias são ventiladas. O SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social -, criação de Getúlio, será tema de outra elogiosa matéria, na qual seu diretor, Manoel Traverso, é homenageado pela União Nacional dos Estudantes<sup>100</sup>.

Não é somente por meio de notícias que o periódico exerce seu poder comunicativo. A revista ocasionalmente veicula um pequeno conto, sob a forma de um roteiro de peça teatral, com o nome de "fantasia". Uma dessas, denominada "O erro dos Padeiros", é constituída de quatro episódios. Na trama, personagens e temas retratam o passado nacional imediato. Ela inicia com uma greve dos padeiros, chamando para o seu lado o Chefe da Nação, segundo o qual "o caso do operário, no Brasil, deixara de ser um caso de polícia."<sup>101</sup>

No segundo episódio aparecem dois personagens principais, o médico Dr. Galvão, representando um retrógrado integralista e Firmo, um modelo do *novo brasileiro*.

<sup>98</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 06/05/1943, nº9, ano IV, p. 14.

<sup>99</sup> FERREIRA, J. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, P. P.; FONSECA, P. C. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, UNESP, 2012, p. 296.

<sup>100</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 01/07/1943, nº17, ano IV, p. 19.

<sup>101</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 24/06/1943, nº16, ano IV, p. 19.

O primeiro ataca os grevistas, chamando-os de comunistas e de gentilha; o segundo afirma que o progresso da Pátria depende da valorização do trabalho e do homem que o executa – que chama de brasilidade. A peça acaba de forma apoteótica, com um rádio anunciando a promulgação do decreto-lei do trabalho – A CLT, que havia sido estabelecida dois meses antes – o que colocaria o Brasil na "vanguarda das nações civilizadas", ao mesmo tempo em que uma multidão de operários celebra nas ruas, "carregando a efígie do Chefe da Nação".<sup>102</sup>

Vista dessa forma, a revista dá a impressão de ser um simples veículo de reprodução do discurso do Estado. A publicação, de fato, não apresenta oposições ao governo, o que é compreensível considerando as forças de censura e repressão que um Estado autoritário pode mobilizar – aquiescer parece ser a única saída.

Contudo, não parece ser fruto do medo a postura tomada pela revista, e a relação entre a mesma e Getúlio Vargas não deve ser compreendida de modo excessivamente assimétrico. E antes de tudo uma negociação entre o governo federal e a revista, mais especificamente no que ela é em seu âmago, uma revista sionista.

Nesse sentido, evoco a tese de Carlos Eduardo Bartel, segundo a qual "o sionismo procurou demonstrar uma imagem positiva dos judeus brasileiros, desvinculando-os de movimentos de esquerda."<sup>103</sup> O "espantinho vermelho", o anticomunismo, parece ser a principal preocupação por parte do governo, e não simplesmente o antissemitismo. Bartel traz um documento importante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que descreve assim a comunidade judaica:

"A outra parte dos judeus, mais fiel a suas opiniões políticas, de que às tradições religiosas, divide-se em duas partes: a de tendências comunistas e a outra, a maior, de tendências sionistas. A de tendências marxistas, ou melhor, comunistas, é constituída por um grupo de judeus, na maioria dos que não tiveram o êxito financeiro que os outros tiveram no Brasil, ambulantes fracassados, pequenos artesãos, empregados, etc. que de um modo geral são tidos em pouco apreço pelos demais. De modo geral, já vinham de seu país de origem com ideias comunistas, embora, aqui, no Brasil, se abstivessem de participar das atividades do PCB. São, de um modo geral,

<sup>102</sup> Revista Aonde Vamos?, 01/07/1943, nº17, ano IV, p. 22.

<sup>103</sup> BARTEL, C. E. Sionismo e progressismo: Dois projetos para o judaísmo brasileiro. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*. V. 2., n. 2, (jul-dez), 2010, p. 89.

elementos que fizeram parte da antiga organização comunista russa MOPR ou em russo Nejdunarodnoie Obshtchestvo Pomoshtcchi Rabotchim ou em português, Sociedade Internacional de Auxílio aos Trabalhadores ou como é mais conhecida "Socorro Vermelho Internacional". Estes elementos estão, de um modo geral, concentrados na Biblioteca Israelita Brasileira "Scholem Aleichem".<sup>104</sup>

As intimidades, como afirmado preteritamente, haviam se acentuado desde o momento em que Vargas se comprometera com os Aliados na luta contra o Eixo. A tomada de posição de Vargas induziu setores sionistas a uma resposta. Desta feita, em 1942 uma delegação israelita entregou ao presidente uma mensagem de solidariedade. A revista ainda não existia em 1942, porém isso não a impediu de noticiar o acontecimento em duas oportunidades, em outubro e novembro de 1943.

Na edição de outubro, a manchete "DOIS PRESIDENTES" introduz uma matéria de duas páginas, escrita por Aron Neumann. No corpo da matéria está escrito:

"Em 22 de dezembro de 1942, uma delegação israelita foi recebida em audiência especial pelo Presidente Vargas, que teve palavras claras, de transcendental importância para os israelitas do Brasil.

O chefe da delegação, expressando a vontade e o desejo de todos os delegados presentes, rendeu nossa homenagem à nobre figura do Primeiro Magistrado, em quem os israelitas do Brasil veem o digno guardião de sua honra. E ainda na figura do eminente Presidente da República os israelitas desejavam homenagear o povo brasileiro, ao qual estamos ligados por elos inquebrantáveis. [...]

Após agradecer aos delegados as constantes provas de solidariedade para com o país, expressou o Presidente Vargas a satisfação com que recebia a delegação dos israelitas do Brasil, qualificando-os entre os mais dignos elementos na formação do povo brasileiro, que contribuem e colaboram para a grandeza desta terra.

Foi grande o entusiasmo dos delegados ao ouvirem palavras de carinho e compreensão para os problemas judaicos e ao saberem que as portas do Brasil estariam abertas a todos, sem distinção de raça ou religião.

E quando o Presidente Vargas, naquela tarde de dezembro de 1942, condenou o antissemitismo, como o fez há pouco o Presidente Roosevelt, quando Getúlio Vargas sublinhou a tristeza e indignação que lhe causava a perseguição dos judeus

---

<sup>104</sup> BARTEL, C. E. *Ibidem*.

que "nos faz rememorar os sofrimentos dos cristãos nos tempos bárbaros", e expressou ao seu protesto, [...] então os israelitas presentes só viram confirmada a sua indestrutível fé no Brasil em marcha, no Brasil guiado por uma das figuras mais representativas de nossa geração – das Nações Unidas."<sup>105</sup>

Na matéria de novembro, menor, a revista publica parte da resposta de Vargas à delegação, além dos depoimentos de Eduardo Horowitz e Samuel Malamud, "*leaders* israelitas desta capital". Os principais pontos da resposta foram assim expostos:

"Agradeço aos israelitas do Brasil as constantes provas de solidariedade para com o Governo, expressada mais uma vez com esta demonstração que não tendo podido ser realizada antes, recebo agora com especial satisfação, sendo as homenagens que me prestais hoje, mais atuais e mais significativas.

No Brasil funde-se uma raça nova para a qual contribuem e colaboram elementos os mais diversos e entre êles os israelitas, que são um elemento digno e valioso na formação do povo brasileiro.

O Brasil é um país aberto a todas as raças e religiões.

No Brasil nunca houve nem haverá discriminações e preconceitos raciais.

Acompanhamos com tristeza e indignação a perseguição nazista aos israelitas na Europa [...] O Brasil protesta contra estas perseguições. Agradeço-vos a homenagem que me prestais, e vejo nos israelitas dignos colaboradores no esforço construtivo do Brasil."<sup>106</sup>

A aparente contradição, a ambiguidade e o dissenso que cercam o governo de Vargas manifestam-se assombrosamente, em especial à luz da historiografia. Trabalhos como os de Maria Luiza Tucci Carneiro e de Fábio Koifman não deixam dúvidas de que havia uma prática discriminatória, ao menos em relação ao processo imigratório – para não falar de quão longo e complexo o processo de (re)construção de representações sobre os imigrantes e de "negociações" identitárias com diversos grupos étnicos que pretendiam imigrar para o Brasil,<sup>107</sup> isto é, na *aculturação* – e não *assimilação* – que aqui ocorria.

<sup>105</sup> Revista Aonde Vamos?, 28/10/1943, nº34, ano IV, pp. 3-4.

<sup>106</sup> Revista Aonde Vamos?, 11/11/1943, nº36, ano IV, p. 5.

<sup>107</sup> Koifman e Carneiro têm a questão imigratória como foco, demonstrando como funcionavam as circulares secretas, as cartas de chamada e o sistema de vistos. Mais do que isso – e eis aqui a

Seja como for, o flerte entre a revista, representando o interesse sionista, e os Vargas não cessou em 1943. Em março de 1944, Aron Neumann realiza uma entrevista com o irmão de Getúlio, Viriato Vargas. A matéria, de destaque, ocupa três páginas e em sua manchete se lê, em letras garrafais: "SIM, HÁ NO BRASIL HOMENS EMINENTES AO NOSSO LADO! Uma entrevista com o Coronel Viriato Vargas".

A entrevista teria sido produzida por uma pergunta feita por Baruch Zuckermann<sup>108</sup> a Aron Neumann em 1942, quando da visita da delegação israelita que iria homenagear Getúlio Vargas:

"Será que no Brasil não haverá cristãos, não-judeus, homens de cultura e saber, que sentem o ritmo da solidariedade humana, que se interessem pelo sionismo, pela nossa aspiração de sermos um povo entre os povos? Homens capazes de sentirem o ar da eternidade, homens que possam contribuir para que se faça justiça ao nosso povo, justiça que retifique um dos maiores dramas da história humana [...], homens como os há, especialmente – imortais amigos de Israel! – na Inglaterra e nos Estados Unidos?"<sup>109</sup>

Neumann, destarte, foi buscar uma resposta "positiva, sincera e sólida" quinze meses depois, de Viriato Vargas:

"- Coronel, não represento ninguém, venho como um simples judeu estrangeiro conversar, se me der a liberdade, entrevista-lo, se mo permitisse.

"Sente-se aqui perto de mim, terei muito prazer. É sionista? Pois bem, alegro-me, simpatizo com os sionistas. O sionismo é uma aspiração justa, nobre, daquela parte dos judeus que querem ter o seu próprio Estado na Palestina, sua pátria, sua e de mais ninguém; e por outra parte, possibilitará aos cidadãos de religião judaica que são bons patriotas de suas terras de origem ou adoção, de auxiliarem aos seus correligionários sem pátria, de terem o seu lar nacional e, isto é importante, não deixará dúvidas quanto à integração dos judeus nas suas pátrias.

Sim meu amigo, gosto do judeu nacionalista enquanto desconfio do internacionalista, e gosto do judeu brasileiro, que é meu concidadão, há muitíssimos entre eles dos melhores. Não

---

contradição – se verifica que as restrições em relação aos judeus não foram interrompidas, a despeito do que o pronunciamento de Getúlio e o posicionamento da revista nos fazem crer.

<sup>108</sup> Líder sionista de grande relevo, ligado ao Congresso Mundial Judaico (WJC) e ao Comitê Judaico Americano (AJC). A revista, que teve a oportunidade de entrevista-lo, revela uma outra dimensão da mesma, a de um veículo de comunicação judaico internacional, aproximando órgãos – sionistas – pela primeira vez. O WJC, segundo a revista, "tem por fim regularizar a emigração dos judeus da Europa para as Américas e principalmente para a Palestina." (Revista Aonde Vamos?, 24/06/1943, nº16, ano IV, p. 13.

<sup>109</sup> Revista Aonde Vamos?, 23/03/1944, nº55, ano V, p. 3.

vejo nenhuma contradição nisto. E considero os judeus entre os mais leais cidadãos que possam haver.

No Brasil quanto patriota de sangue israelita, por aí em fora, vibra de entusiasmo pelo seu país, pelo auri-verde pendão da nossa terra." Sim meu amigo, estou convencido do valor dos judeus como cidadãos, sou também solidário com os judeus sionistas que querem a sua terra, que querem realizar êste formidável projeto [...]

- Mas, Coronel, não há também antissemitismo no Brasil?

Sim, poderá haver entre os irresponsáveis, porém meu amigo, procure e verá que isto vem importado, que há estrangeiros por detrás...O preconceito racial e religioso é anti-brasileiro, é exótico, é estrangeiro [...] O antissemitismo no Brasil é impossível, é uma grosseria mental. O Brasil é bom, hospitaleiro, a bondade brasileira transformou o Brasil em paraíso das vítimas de Hitler."<sup>110</sup>

O discurso é muito semelhante ao de seu irmão, pelo que se esforça em negar – o preconceito – e pelo que procura enaltecer, qual seja, o nacionalismo e uma concepção de um Brasil hospitaleiro. Nessa perspectiva, a menção aos Estados Unidos é significativa sob dois aspectos. O primeiro, imediato, diz respeito ao papel de Roosevelt como herói e vanguarda do mundo democrático contra o nazi-fascismo.<sup>111</sup>

O segundo, de significado histórico mais profundo, aparece sub-repticiamente, vincular-se ao Brasil. A negação do racismo e do preconceito encontra-se não somente no Brasil ou nos Estados Unidos, mas na América como um todo, pelo que ela representou, desde o Período Colonial e pelo que agora representa: um refúgio, um porto seguro e, sobretudo, uma terra que nasceu ao mesmo tempo em que os primeiros imigrantes aqui aportaram. Tanto aqui como nos Estados Unidos, uma característica chave da "América" – a de não haver um "Outro" facilmente identificável, a despeito das tentativas de vituperá-los – foi, para os judeus, um grande trunfo<sup>112</sup>. Essa representação – ou mito – da América é enunciada pela revista:

<sup>110</sup> Revista Aonde Vamos?, 23/03/1944, nº55, ano V, p. 4.

<sup>111</sup> Os elogios aos Estados Unidos abundam; a revista não se furta em incluir Roosevelt em sua capa (Revista Aonde Vamos?, 16/11/1944, nº88, ano V, p. 1), o qual é digno da maior seção "Nossa Capa", na qual as capas são comentadas, das edições analisadas, nem em homenagear o dia da independência norte-americano (em ambos os anos estudados, 1943 e 1944).

<sup>112</sup> Aqui se retomam as questões relacionadas não só ao "branqueamento" (no sentido de que, devido ao seu fenótipo "branco", os judeus se confundiam com a pretensa e desejada sociedade branca do Brasil), mas também pela noção de que o imenso fluxo de imigrantes para a América (ou para o Brasil) permitiu que uma identidade nacional pudesse ser, quase sem problemas, dotada

"E a América, terra de tantas esperanças, tantos sonhos de oprimidos que aqui vieram procurar consolo e liberdade, América-Luz, América-humana [...], não pode, em nome de qualquer nacionalismo ou melhor hegemonia nacionalista, oprimir pela discriminação aberta ou velada. Nós todos somos americanos, se nascidos nesse continente ou não. Os americanos foram predestinados a lutar pela liberdade e pelo progresso: lutaremos por esta glória, nós os judeus, como judeus e americanos livres. Lutaremos em comunhão com todos os americanos de qualquer religião ou origem."<sup>113</sup>

"Judeus e americanos livres": o que se expressa aqui é uma identidade hifenizada, judeu-americano. Sob uma ótica mais paroquial, nacional, temos o judeu-brasileiro, aludido por – e concidadão de – Viriato Vargas. Assim, o sionismo, movimento político e forma de expressão da identidade judaica, era o principal representante, o mais vocal e o mais influente, a mais bem reputada identidade judaica da época aos olhos do Estado. Mais, era um qualificador que andava *pari passu* com a condição de ser brasileiro. Defendido pelos próprios membros do Estado, parece existir uma afinidade entre o nacionalismo brasileiro e o judaico, que de forma aparentemente contraditória, puderam existir concomitantemente; ambos ansiavam ardentemente pela palingênese de sua nação.

A revista nos permite ver casos em que judeus-brasileiros enfatizavam seu sentimento de pertencimento à nação brasileira sem perder de vista o seu lado judaico e, em alguns momentos, operando uma aculturação, e não uma assimilação.<sup>114</sup>

Uma notícia, de manchete "O AVIAO TENENTE FRANÇA" narra a doação, pelo Círculo Israelita de São Paulo, de um avião à campanha "Pilotos para o Brasil", organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto<sup>115</sup>. Redigida por Fernando Levinsky, ela tem por conteúdo:

---

de hífen. Há brasileiros judeus, ítalo-brasileiros, nipo-brasileiros, sino-brasileiros; mas todos brasileiros. A ideia de uma identidade hifenizada é longamente trabalhada por Jeffrey Lesser em LESSER, J. *Negotiating National Identity*. Durham & London, Duke University Press, 1999.

<sup>113</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 28/10/1943, nº34, ano IV, p. 4.

<sup>114</sup> A assimilação presume a perda da cultura por parte do elemento adventício, enquanto a aculturação é a modificação da cultura, ao entrar em contato com outra.

<sup>115</sup> A aproximação com o Centro Acadêmico XI de Agosto é controversa. Em novembro de 1943, após conflito violento entre membros desse Centro Acadêmico e a polícia de São Paulo, a revista não divulgou nenhuma nota sobre o ocorrido.

"[...] o gigante da Ordem e do Progresso estará onde necessário for, na África ou na Europa, a defender os princípios são da democracia e pan-americanismo.

Hoje, todos os brasileiros, unidos num bloco inquebrantável sob a presidência do maior estadista da época – o nosso Presidente dr. Getúlio Vargas, vem assegurar uma nova cruzada contra a maldade e o paganismo!

[...] a reunião do dia 16 [...] apresenta-se como um símbolo, uma bandeira, um escudo: congrega todos os brasileiros, cristãos e judeus, numa solenidade cívica de patriotismo ardente!

[...] a entrega do avião 'Tenente França' é um penhor de que, enquanto existir um só coração brasileiro dentro de um peito viril, o Brasil marchará livre e nobre [...]

Existe um fluido espiritual entre a religião católica e a israelita [...] a religião mosaica, ainda, o amor à pátria e o respeito às autoridades.

[...] a criação maravilhosa de Santos Dumont estará sempre voando nos céus de Vera Cruz, atestando o amor da mocidade israelita à bandeira sacrossanta do Brasil. [...] quiseram os israelitas radicados em São Paulo oferecer uma prova do seu amor à terra que os acolheu, nela se confundindo com o nosso povo."<sup>116</sup>

Fernando Levinsky, reconhecendo a imagem que o Brasil tinha de país católico, imagem essa que foi fomentada durante a Era Vargas, vai negociar com essa característica, vinculando as duas religiões, além de associar o amor à pátria com o judaísmo, acentuando, pois, esta religião como uma religião desejável e conducente ao patriotismo.

A revista tornará a expressar sua identidade judaica por meio da religião múltiplas vezes, em especial nas edições comemorativas de datas importantes ao Judaísmo. Em uma ocasião, na celebração de *Pessach*, a páscoa judaica, o colaborador Cipora Filho também irá realizar uma síntese entre judeus e cristãos, unindo ambos em laços fraternais e, portanto, normalizando a religião judaica diante de um Brasil supostamente católico.<sup>117</sup>

Em outra matéria, de manchete "Interessante sentença do juiz Bruno Barbosa", a revista julgou relevante lançar luz sobre a atuação deste juiz – também colaborador da revista - em uma sentença. Diante do uso que considerou pejorativo da palavra "judeu", o juiz ralhou:

<sup>116</sup> Revista Aonde Vamos?, 27/05/1943, nº12, ano IV, pp. 19-21.

<sup>117</sup> Revista Aonde Vamos?, 22/04/1943, nº07, ano IV, pp. 9-10.

No Brasil nunca houve o abjeto sentimento de anti-semitismo, tão em voga entre a selvageria europeia [...] É lamentável que, num documento judicial, repercuta essa ignominia consistente em tentar enxovalhar uma raça que, há dezenas de séculos, arrancou da grosseria politeísta para o monoteísmo, e produziu o cristianismo [...]<sup>118</sup>

Como era ventilado por altos funcionários do Estado e pelo próprio Presidente, mais uma vez vemos a negação da existência de antissemitismo no Brasil e, outrossim, concatenam-se as religiões. Considerando a periodização exposta no primeiro capítulo, comentários desta sorte podem ter, entre suas interpretações, estas duas: por um lado parecem sugerir a ausência de antissemitismo em certos períodos – nomeadamente, o Imperial e o da primeira República – enquanto que apaga ou suprime o antissemitismo do primeiro e do último período. Ademais, além de lustrar o Judaísmo, tais narrativas acabam também por "higienizar" o Cristianismo/Catolicismo, visto que esses estavam associados, especialmente via Integralismo, ao antissemitismo<sup>119</sup>. Somando-se a estas, numerosas notícias da guerra se debruçarão sobre a fraternidade entre Judaísmo e Cristianismo e irreconciliabilidade entre Cristianismo e Nazismo.<sup>120</sup>

A coluna permanente "Sociais" nos mostra a comunidade judaica em sua vida social. Da miríade de avisos de aniversários, casamentos, bailes e "chás-dansantes", pode-se depreender alguns indícios que vão além do que os comunicados, puramente informativos, queriam transmitir, e que dizem respeito ao modo de viver de parte da comunidade judaica; em suma, a sua identidade.

Os noivados e casamentos ali anunciados deixam transparecer uma preocupação da comunidade judaica de então, o de relacionar-se, preferencialmente, endogamicamente. Assim, percebe-se a predominância de um costume e de uma convenção mais tradicional, que tomaria a exogamia como não-ortodoxa e possivelmente nociva. Sob outro ângulo, Bila Sorj afirma que "o casamento de um judeu com um cristão tinha geralmente o sentido de favorecer sua aceitação no meio circundante e, em alguns casos, servir de proteção frente ao anti-

<sup>118</sup> Revista Aonde Vamos?, 22/04/1943, nº07, ano IV, p. 12.

<sup>119</sup> BARTEL, C. E. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>120</sup> Revista Aonde Vamos?, 22/04/1943, nº07, ano IV, p. 18, p. 20.

semitismo."<sup>121</sup> A prevalência da endogamia, portanto, sinaliza, em teoria, para uma observância dos costumes e para um fraco antissemitismo.

A seção social, ademais, mostra o vigor e a atividade das organizações e instituições judaicas. Segundo a própria revista, "Os próprios bailes não podem grangear prestígio entre os israelitas senão por uma finalidade caritativa, artística ou cultural. O baile, por si só, não os atrai."<sup>122</sup>

Nesse espírito, ao falar do processo de fundação da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro (ARI), em 1942, vemos que foi feito um sarau artístico em benefício desta instituição, em prol da sua futura sede própria. A ARI contava, segundo a revista, "com cêrca de 3.000 correligionários", cujos destinos eram acompanhados pela ARI durante todas as suas vidas." A educação infantil também era contemplada pela Associação, que educaria as crianças "ao amor pelo Brasil e pela religião de seus maiores."<sup>123</sup>

Outras instituições que figuram na revista são, por exemplo, a Biblioteca Israelita Haim Nachman Bialik<sup>124</sup>, a União<sup>125</sup>, o Asilo dos Velhos, O.F.I.D.A.S.<sup>126</sup>, E.Z.R.A.<sup>127</sup>, o Comitê Central Israelita de Socôrros às vítimas da Guerra, além de propagandas do programa de rádio "O Seu Programa Israelita"<sup>128</sup> e do restaurante israelita Schneider, localizado na Praça Onze.

A União e o Comitê Central Israelita de Socôrros às vítimas da Guerra, frutos da Guerra, propiciaram uma nova iniciativa no seio da comunidade judaica. Com o desenrolar da guerra, edições da revista começaram a dedicar anúncios

<sup>121</sup> SORJ, B. Conversoes e casamentos "mistos": a produção de "Novos Judeus" no Brasil. In: SORJ, B (org). *Identidades judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997, pp. 67-68.

<sup>122</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 10/06/1943, nº14, ano IV, p. 11. À época, a UNE era palco e fonte de intensa atividade política, sendo frequentada amiúde por membros da comunidade judaica. Em uma oportunidade, o *Club Azul e Branco*, agremiação judaica, organizou uma festa caipira, um claro sinal de aculturação.

<sup>123</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 24/06/1943, nº16, ano IV, p. 12.

<sup>124</sup> O nome dessa instituição esconde sua origem, que é o de ser um movimento sionista – *Hatchya*. A mudança de nome era uma forma de burlar as restrições oficiais.

<sup>125</sup><sup>125</sup> A União era voltada para o auxílio das vítimas do nazi-fascismo que já haviam encontrado guarida no Brasil, mas que "por incapacidade de trabalho de toda a sorte e pela ruína de suas posições", careciam de ajuda. (Revista *Aonde Vamos?*, 22/07/1943, nº20, ano IV, p. 19. O auxílio prestado pelas organizações judaicas, em lugar de uma assistência social que fosse proveniente do Estado, reforçaria os vínculos e a identidade judaica dos necessitados e recém chegados.

<sup>126</sup> Organização Feminina Israelita de Assistência Social.

<sup>127</sup> Sociedade Beneficente Amigos dos Pobres Ezra.

<sup>128</sup> A rádio ia contra a proibição oficial do uso de línguas estrangeiras, transmitindo musicais em línguas outras que não o português. CYTRYNOWICZ, R. *Op. cit.*, p. 400.

voltados para a compra de "bônus de guerra" contra o nazi-fascismo, e é iniciada uma campanha de âmbito nacional para angariar fundos.

Essa iniciativa não somente reuniu as diversas comunidades judaicas brasileiras numa causa única, na qual estava no centro a revista *Aonde Vamos?*, como também demonstrou as redes de contato transnacionais que estavam sendo estabelecidas, que transbordavam fronteiras.<sup>129</sup> O Comitê Central, por intermédio do Banco do Brasil, enviava por meio de cheques a soma que ia angariando, cujo destinatário era o Dr. Stefan Weiss, presidente do Congresso Mundial Judaico, com sede em Nova Iorque.<sup>130</sup>

A luta contra o nazi-fascismo foi numerosas vezes manipulado nas notícias, servindo como adesivo e elemento proporcionador de uma coesão intra-étnica judaica em nível nacional e internacional. Foi, sobretudo, mobilizada visando a uma aproximação com o poder central do 'Leviatã' Vargas. A coexistência aparentemente pacífica entre uma identidade judaico-brasileira, de uma afinidade entre espíritos nacionalistas, possibilitará discursos irônicos.

A apreensão de materiais nazista em Santa Catarina deu ensejo a uma matéria na qual são elogiados o interventor daquele Estado, Nereu Ramos, e o programa nacionalista da S.A.A.T, que agia "em prol da nacionalização dos núcleos de descendência estrangeira", criando escolas que substituiriam as escolas "estrangeiras, nacionalizando sociedades de toda sorte, destruindo metodicamente todos os núcleos de resistência alemã e italiana em Santa Catarina."<sup>131</sup>

A ironia começa no elogio a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, movimento que era formado por intelectuais da elite brasileira, tendo como membro, à propósito, o chefe integralista Plínio Salgado.<sup>132</sup>

A S.A.A.T. defendia e era responsável pela disseminação de ideias nativistas, contrárias à imigração, apontando até mesmo as características particularmente indesejáveis dos judeus, como sua alegada infusibilidade ou o potencial de formarem uma quinta coluna comunista. As escolas e associações

<sup>129</sup> O industrial Salomão Guelman, do Paraná, consta nas listas de contribuintes, assim como os Klabin. Filantropo, Guelman também doou para o Estado do Paraná "várias escolas, nas quais haviam alunos cristãos e judeus."

<sup>130</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 27/05/1943, nº12, ano IV, p. 18.

<sup>131</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 22/07/1943, nº20, ano IV, p. 12.

<sup>132</sup> LESSER, J. *Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish Question*. p. 57.

estrangeiras nacionalizavam-se, enquanto muitas instituições judaicas subsistiam, mesmo ensinando hebraico, desafiando, pois, a nacionalização assimilacionista.

## Conclusão

A Era Vargas permitiu e assistiu ao fortalecimento do movimento sionista, o qual representava uma parcela da comunidade judaica do Brasil. Esse crescimento deve ser compreendido dentro de um registro no qual a imagem e os estereótipos sobre os judeus estavam em disputa, parecendo vigorar a tese de que os judeus, devido a traços idiossincráticos, concorreriam para o projeto de desenvolvimento nacional de amplo escopo de Vargas.

A historiografia se vê perplexa diante das contradições manifestas entre os documentos e as ações do Estado, que, pesando na balança de um lado o humanitarismo e do outro o interesse nacional, em uma atmosfera eivada por teorias raciais, "deu boas-vindas aos indesejáveis." A historiografia que acentua as cores antissemitas da Era Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, não está de todo errada, embora esse seja apenas um retrato parcial.

Sob outra perspectiva, a que a revista *Aonde Vamos?* nos permite esquadrihar, vemos medrar uma comunidade em uma período que foi crítico, do ponto de vista histórico, tanto para a história do Brasil quanto para a história do povo judaico. O Estado Novo, ao avesso da interpretação negativa que a memória e a história lhe imputaram, era por esse periódico celebrado anualmente, sendo chamado de "Estado Nacional", o qual realizara, de 1937 até 1944, "sete anos de Ordem e Trabalho"<sup>133</sup>. Na esteira dos encômios – e da ironia – o próprio D.I.P., o Departamento de Imprensa e Propaganda, instrumento de censura, é louvado<sup>134</sup>.

Tal interpretação dos acontecimentos se deu, suponho, devido ao já mencionado olhar favorável que atores políticos – mas não somente esses – guardavam em relação ao sionismo. Esse nacionalismo judaico, que hoje ainda existe e é exortado pela comunidade judaica brasileira de modo razoavelmente

---

<sup>133</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 18/11/1943, nº37, ano IV, p. 4.; Revista *Aonde Vamos?*, 09/11/1944, nº87, ano V, p. 3.

<sup>134</sup> Revista *Aonde Vamos?*, 24/06/1943, nº16, ano IV, p. 21.

desimpedido, parece dever, em parte, à postura tomada por Vargas em relação à uma elite sionista, que formou e moldou a comunidade judaica. A batida do martelo que assegurou a criação do Estado de Israel, dada por Oswaldo Aranha em 1947, então presidente da assembleia geral da ONU, não é surpreendente.

Hodiernamente o sionismo se afigura, talvez, como a mais forte ou emblemática expressão da identidade judaica. Esse mesmo sentido, todavia, reacendeu as chamas do antissemitismo, inaugurando um novo período na história desse conceito, o qual, sob nova forma, para uns se identifica com o antissionismo. Mas este é um desenvolvimento atual, talvez interno à própria lógica do antissemitismo, que, destarte, é e ainda será o núcleo de diversas polêmicas. Narrativas que acentuam a vitimização e a ocorrência do antissemitismo, neste comenos, florescem e imbricam-se a própria identidade do que é ser judeu.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, R. B. *Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.
- BARTEL, C. E. Sionismo e progressismo: Dois projetos para o judaísmo brasileiro. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*. V. 2., n. 2, (jul-dez), 2010.
- BASTOS, P. P.; FONSECA, P. C. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, UNESP, 2012.
- CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília, Editora UNB, 1994.
- CARNEIRO, M. L. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- CARNEIRO, M. L. *Dez mitos sobre os judeus*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- CYTRYNOWICZ, R. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, K. (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- CYTRYNOWICZ, R. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44.
- FALBEL, N. (1984). *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo.
- FALBEL, N. (2013). Uri Zwerling e a literatura antissemita no Brasil. In A. DANA, & U. ZWERLING, *Os judeus na história do Brasil*. (pp. 11-29). Rio de Janeiro: Editora Outras Letras.
- GRINBERG, K., & LIMONCIC, F. (2010). *Judeus Cariocas*. Rio de Janeiro: Editora Cidade Viva.
- GRINBERG, K. (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- LESSER, J. *Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish question*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1995.
- LESSER, J. *Negotiating National Identity: Immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*. Durham & London: Duke University Press, 1999.
- LESSER, J. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LEVINE, Robert. Brazil's Jews during the Vargas Era and after. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. V, No. 1, June 1968.
- MIZRAHI, R. *Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ateliê Cultural, 2003.
- NOVINSKY, A. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.